jornal da UNICAMP

Campinas, Junho/Julho de 1987 Ano I N.º 10

No palco da Assembléia Nacional Constituinte, a sorte está lançada. Mais do que a solução de problemas ocasionais, espera-se, acima de tudo, que o País reencontre a si mesmo. Desde fevereiro, uma questão vem sobrepondo-se às demais: a que diz respeito ao futuro sistema de governo. Presidencialismo ou parlamentarismo? Na página 3, entrevista com o Prof. João Quartim de Moraes.

Unicamp e Petrobrás criam programa de ensino e pesquisa

Através de um convênio firmado no dia 17 de junho, a Petrobrás investe 100 milhões de cruzados na criação de um Centro de Engenharia de Petróleo na Unicamp. O programa inclui a instalação do primeiro curso brasileiro de pós-graduação na área. Página 5

E o Brasil chega finalmente à era da supercondutividade

De abril a maio deste ano, coube a três instituições de pesquisa do Estado de São Paulo introduzir o Brasil na era da supercondutividade de altas temperaturas. Na Unicamp, os físicos Sérgio Gama e Renato Figueiredo alcançaram a marca dos 95 graus Kelvin. Página 4

Dívida, a discussão dos sindicalistas na Universidade

Durante quatro dias, em maio último, sindicalistas de toda a América Latina buscaram, na Unicamp, uma posição comum quanto ao problema da dívida externa. Na página 7, uma entrevista com as principais lideranças sindicais do Brasil, da Bolívia e do Uruguai.

Opinião

Coragem para repensar a pós-graduação

Roberto Rittner

Medidas corajosas e urgentes se fazem necessárias para evitar o estrangulamento dos cursos de pós-graduação. Esta conclusão é a única a que se pode chegar em face do atual quadro apresentado pela Pós-Graduação.

A Pós-Graduação, que originalmente consistia basicamente da apresentação de uma tese de doutorado, foi transformada em cursos regulares, com disciplinas e exames de qualificação, dividida em duas etapas, mestrado e doutorado, sujeita a regulamentos gerais e específicos.

A sedimentação desses cursos resultou, de uma maneira geral, em longos tempos de duração tanto para obtenção do título de mestre, quanto para o de doutor. Embora esse longo tempo de duração se deva em parte às deficiências do curso de bacharelado, ao número excessivo de créditos exigidos em disciplinas teóricas e a um certo perfeccionismo no conteúdo das teses, principalmente no caso do mestrado, outros fatores devem ser também considerados, como a não dedicação integral do aluno ao curso, a falta de acompanhamento no caso dos bolsistas da Capes e do CNPq e, finalmente, a inexperiência de certos orientadores na proposição de temas exeqüíveis dentro de prazos razoáveis.

Os prazos dilatados para a conclusão dos cursos de pós-graduação têm resultado num crescimento anual irreal do número de alunos, uma vez que não existe o decréscimo correspondente em razão da titulação.

Conseqüência mais grave, entretanto, é o aumento progressivo da demanda de recursos necessários à manutenção dos alunos nesses programas de pós-graduação, de tal sorte que as bolsas das agências de financiamento foram somadas às de Incentivo Acadêmico e às de Monitoria II e, recentemente, às bolsas de emergência do FAP. Convém aqui abrir um parêntese e enfatizar que as de Incentivo Acadêmico e Monitoria II se destinam a fins diferentes — qualificar o estudante para o magistério superior com aprendizado específico, e têm resultado em excelente experiência nesta Universidade, mas que sem dúvida vêm engrossar o montante de recursos para a manutenção dos estudantes de pós-graduação.

Recentemente, a questão da crescente demanda de recursos aliada aos longos tempos de titulação foi equacionada pelas agências de financiamento, que encontraram como solução a fixação de prazos rígidos para a concessão de bolsas, nominalmente em 3 (três) anos para o mestrado e 4 (quatro) anos para o doutorado, definitivamente improrrogáveis.

Paralelamente, existe a responsabilidade da Universidade em produzir elementos qualificados dentro de prazos razoáveis, para participarem, como docentes ou profissionais, do desenvolvimento do País, tão desejado e tão necessário.

O quadro exposto deixa bastante clara a proposta inicialmente colocada. Serão necessárias medidas corajosas e urgentes para evitar o colapso do sistema. É claro e evidente que sem bolsas a pós-graduação será inexeqüível.

A reflexão sobre os novos rumos da pós-graduação deverá envolver as seguintes questões: a) repensar e redefinir claramente a pós-graduação a nível de cada curso em particular, caracterizando os perfis do mestre e do doutor que se pretende formar; b) avaliar os benefícios na formação do aluno, da exigência do atual número de créditos em disciplinas teóricas, face ao tempo consumido à sua obtenção; c) avaliar os projetos de tese, lembrando-se que nem sempre a extensão implica em qualidade; d) avaliar os projetos de tese, em termos de viabilidade nas condições existentes na Unidade, na ocasião da sua proposição; e) acompanhamento periódico dos projetos de tese, através de relatórios circunstanciados, lançando-se mão de assessores internos ou externos aos cursos e, eventualmente, externos à Universidade.

Paralelamente a essas questões existem outras, também relevantes, que devem ser consideradas, tais como a baixa porcentagem de alunos de pós-graduação da Unicamp, que são bolsistas da Fapesp, o elevado número de docentes que ainda não concluíram a sua pós-graduação e o número reduzido de publicações em relação ao número de teses defendidas.

Nessa reflexão e na caracterização dos problemas que envolvem cada curso é extremamente importante levar em conta as suas especificidades. Não se espera, evidentemente, reformas que resultem em sacrifício da qualidade, apenas com a finalidade de adaptação do curso ao modelo proposto pelas agências de financiamento. As características particulares de cada área do conhecimento deverão ser respeitadas e uma contraproposta deverá ser elaborada e endereçada ao respectivo Comitê de Avaliação (Capes).

Recentemente o III ENPROP (3.º Encontro Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação) sugeriu a implantação de sistemas de auto-avaliação, internos a cada curso. Não seria portanto desejável que a Unicamp assumisse essa proposta, procurando cada curso avaliar a qualidade das suas disciplinas de pós-graduação, o desempenho dos seus professores orientadores e o número e qualidade das publicações resultantes das teses defendidas?

Roberto Rittner é professor adjunto no Instituto de Química e assessor técnico da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Unicamp.

Concluindo, espera-se de cada curso uma reflexão sincera e profunda sobre o que deverá mudar; espera-se uma postura realista face aos alunos, cujas teses estão em andamento e às novas admissões; espera-se que as novas estruturas venham a conduzir a um aprimoramento da qualidade da pós-graduação e não à sua deterioração; espera-se que se repense a pós-graduação como um todo, resolvendo as questões levantadas e colocando a Unicamp numa posição de vanguarda no sistema universitário nacional.

CARTAS

"Como representantes da Administração Central no Conselho Universitário, solicitamos, através deste jornal, a todos os servidores técnicos e administrativos, que elejam um (1) representante por setor para ser o "elo de ligação" entre nós conselheiros e a comunidade de servidores. O objetivo será facilitar os nossos trabalhos e diminuir a distância entre os conselheiros e a comunidade.

Os representantes eleitos pela comunidade serão cadastrados para que nós, conselheiros, possamos informar acerca das decisões do CONSU, como também acerca do encaminhamento de projetos por nós elaborados, e ainda para que seja facilitado o trâmite de reivindicações, sua análise e posterior encaminhamento aos órgãos competentes.

Comunicamos também aos servidores — das faculdades, dos institutos, da área da saúde e da Administração Central — que nós, conselheiros da Administração Central, encaminhamos três projetos para apreciação do Magnífico Reitor. São os seguintes: salário-esposa; promoção; e reavaliação dos salários pagos aos servidores de nível universitário que exerçam funções privativas e regulamentadas.

Para finalizar, informamos também que já foi aprovada pelo CONSU a construção e a implantação da Pré-Escola e do Supletivo da Unicamp. Nós, conselheiros, estamos à disposição de todos os servidores para quaisquer esclarecimentos com relação a estes e a outros projetos. **Márcio Gâmbaro**, membro titular (DGRH/GOM) e **Paulo Laureano Garcia**, membro suplente (Nudecri)."

Os funcionários e o novo Conselho

Edson Cardoso Lins

Em recente eleição os funcionários da Universidade escolheram quem irá representá-los pelo período de um ano no Conselho Universitário. Talvez a tarefa mais difícil para todos os candidatos, neste processo, tenha sido a de explicar aos colegas a importância dos funcionários estarem representados no Conselho Superior da Universidade, o significado disto no contexto da institucionalização etc.

As dúvidas e a aparente desinformação sobre o assunto decorrem, a meu ver, do longo período em que a categoria ficou à margem de discussões dos assuntos de seu interesse específico ou enquanto parte integrante da comunidade universitária, no antigo Conselho Diretor. Nossa entidade representativa, por exemplo, enquanto convidada para as sessões do antigo Conselho, não tinha direito a voto nem a voz, fato que demonstra o exíguo espaço de participação imposto aos técnicos administrativos.

Apesar do quadro que favoreceu de forma decisiva o distanciamento entre os funcionários e Conselho Diretor, a altercação chegou a ser acirrada, um aspecto saudável da democracia quando respeitados os direitos individuais ou coletivos e tendo como objetivo central o respeito à vontade da maioria. Com isto a representação eleita, por ser pioneira e pelos fatores inerentes ao processo do qual participou, tem que se preocupar com soluções para as expectativas criadas no desenrolar do pleito e em função da própria tentativa de esclarecer as propostas e objetivos do trabalho a ser implementado no espaço institucional conquistado.

Tendo o momento anterior como parâmetro, é possível reconhecer, agora, alguns avanços para nós funcionários. O fato de estarmos representados no CONSU, com direito a voz e voto, é sinal deste avanço, também resultante de um longo período de luta dos funcionários. Também estamos representados nas Câmaras e em Comissões internas do CONSU. São aspectos relevantes. Entretanto, em função até mesmo do grau de participação conquistado nos aspectos institucionais aqui já abordados, e em outras questões cujas soluções estão sendo apontadas e efetivadas a partir de discussões com todas as partes interessadas, incluindo os funcionários (como, por exemplo, correção dos desvios funcionais, novas carreiras), a luta será retomada, agora pela ampliação de nosso espaço no Conselho (somos 4 em um colégio de 62). É uma luta, porém, que não deve estar restrita apenas aos conselheiros, e sim envolver todos os funcionários, além do indispensável encaminhamento decisivo de nossa entidade representativa. É preciso que nos vários níveis e instâncias pertinentes a questão seja debatida. Os funcionários nos diversos órgãos e Unidades devem estar atentos para a manutenção e ampliação dos espaços de representação nos demais foros, tais como conselhos departamentais, interdepartamentais e congregações.

Algumas propostas de regimentos, já aprovadas pelas congregações locais, estarão sendo enviadas ao CONSU como parte do processo global do processo de institucionalização. É de extrema importância que os funcionários acompanhem, em suas respectivas Unidades, tais discussões. É preciso deixar claro que nós, os servidores técnicos e administrativos, estamos interessados em discutir para além de questões circunstanciais ou corporativistas. Queremos opinar também sobre os rumos desta universidade pública, da qual somos um segmento e na qual temos um papel político a desempenhar. Os representantes no CONSU deverão estar na vanguarda dessa luta. Não poderão, entretanto, estar sozinhos. Os funcionários, os demais segmentos da Universidade e o próprio Conselho estarão debatendo o assunto. Que o resultado do debate que se inicia continue, acima de tudo, para reforçar os sinais de novos tempos para os funcionários e para a Universidade.

Edson Cardoso Lins é funcionário do Instituto de Biologia e representante dos servidores no Conselho Universitário da Unicamp.

jornal da UNICAMP

Uma publicação da Universidade Estadual de Campinas
Reitor — Paulo Renato Costa Souza
Coordenador — Carlos Vogt
Pró-reitor de Graduação — Antônio Mário Sette
Pró-reitor de Pós-Graduação — Bernardo Beiguelman
Pró-reitor de Pesquisa — Hélio Waldman
Pró-reitor de Extensão — José Carlos Valladão de Mattos
Pró-reitor de Desenvolvimento — Ubiratan D'Ambrósio
Este jornal é elaborado pela Assessoria de Imprensa da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Correspondência e sugestões: Cidade Universitária "Zeferino Vaz", CEP 13081, Campinas, SP. Telefones (0192) 39-3134/39-3148. Telex (019) 1150.
Editor: Eustáquio Gomes — (MTb 10.734).
Redatores: Amarildo Carnicel (MTb 15.519), Antônio Roberto Fava (MTb 11.713), Graça Caldas (MTb 12.918), Roberto Costa (MTb 13.751).
Fotografia: Antoninho Perri
Diagramação: Amarildo Carnicel
Past-Up e Arte Final: André Iani e Clara Eli Salinas
Serviços Técnicos: Sônia Regina T.T. Pais e Clara Eli Salinas
GOVERNO QUÉRCIA

Entrevista: João Quartim de Moraes

Presidencialismo ou parlamentarismo?

Raramente um país terá vivido, como o Brasil de hoje, um momento de tão ampla indefinição em três planos simultâneos: o econômico, o político e o social. Mas ao menos tenta definir-se o plano constitucional. No Congresso, os constituintes preparam-se para imobilizar o pêndulo que, desde fevereiro, oscila entre presidencialismo e parlamentarismo. A tendência parece apontar para um sistema misto. Para analisar o atual momento nacional, o ***Jornal da Unicamp*** *foi ao encontro do prof. João Quartim de Moraes, filósofo, coordenador do programa de pós-graduação em Lógica e Filosofia da Ciência da Unicamp e diretor do Núcleo de Estudos Estratégicos.*

Jornal da Unicamp — O Brasil vive hoje sucessivas crises políticas em meio a uma crise econômica sem precedentes. A própria realização da Assembléia Nacional Constituinte significa, no bom sentido, um estado de crise em que o principal agente traumático é a definição do sistema de governo. Qual a sua análise do momento atual?

Quartim de Moraes — Crise? Palavra que não sei bem se estamos nela. A crise verdadeira se caracteriza por uma ativação de todos os fatores de ruptura na sociedade. Nessas situações, uma decisão é indispensável. Aliás, esse é o sentido etimológico da palavra crise, sem querer ser muito professoral. Acho, no entanto, que estamos ainda longe de uma tomada de decisão crucial. Isso porque as forças capazes de exigir essa mudança radical não estão totalmente ativadas.

"Estamos numa terra de ninguém. Não sei para onde transitamos."

JU — O sistema parlamentarista de governo é característico de países onde a democracia é um fato. No Brasil, temos pouca tradição de parlamentarismo. Você acha viável uma mudança de rota, a essa altura?

Quartim — A questão da tradição é sempre apontada. Aparece freqüentemente no debate político. O fato, porém, é que, se existe uma tradição, ela não tem o peso que estão querendo lhe atribuir. Não podemos esquecer que temos tradições lamentáveis. E, no que se refere ao regime político, nossa tradição é bem outra. A tradição é de golpismo, de ausência de democracia, de dificuldade do povo exercer sua cidadania. É toda uma história em que a cidadania, as forças que historicamente foram protagonistas do avanço democrático, têm sido inibidas, deprimidas e marginalizadas. O que realmente existe como tradição no Brasil é o bloqueio, por parte de uma oligarquia, ao avanço democrático da sociedade. Que esse avanço democrático tenha o rótulo de presidencialismo ou de parlamentarismo é, nesse aspecto, secundário.

A forma constitucional tem favorecido o presidencialismo com os seguintes reparos: a essência do presidencialismo no regime constitucional é de que o chefe de governo e de Estado detêm, por um período de tempo determinado, autoridade suprema sobre a máquina estatal, sobre as decisões governamentais. Ele é o eleito da Nação. Isto é, tem o seu poder político de uma fonte distinta da fonte parlamentar.

JU — É um poder legítimo?

Quartim — Sim, é legítimo. Temos hoje uma distinção entre legal e legítimo que é muito importante. No entanto, etimologicamente, legal e legítimo vêm de **lex, legis** — lei. Há muita sutileza em torno desses termos. É que a gente já considera lei uma coisa que pode ser ilegítima. Mas isso é uma distorção dos tempos. Se a lei fosse expressão da vontade geral, do interesse coletivo, não haveria essa distinção. Lei é expressão de interesse coletivo.

Entendemos por legítimo o fato de que determinado detentor de um mandato público obteve-o de uma eleição. Isto é, a fonte de seu mandato é legal. Mais do que isso, a fonte de seu mandato é fruto de um certo consenso político. É mais do que somente a lei. Uma lei imposta pelo poder discricionário pode ser legal, mas será legítima? Um regime ditatorial cria suas leis. Elas podem ser legais, mas não legítimas.

JU — Onde repousa a legitimidade real?

Quartim — A legitimidade repousa no consenso da cidadania, no consenso da maioria. Vamos então supor o caso de um presidente que seja legal e legítimo. Há uma lei na qual de fato ele é escolhido como o chefe de Estado, aquele que representa um consenso majoritário. Ainda assim, se está atribuindo a um só homem, ou a uma só mulher, a um só indivíduo, a uma só pessoa, o poder. A fonte de legitimidade do presidencialismo, supondo que seja um presidencialismo legítimo, é distinta da fonte de legitimidade do Congresso, do Parlamento. São dois princípios diferentes. São duas eleições separadas. Um não depende do outro quanto à origem de seu mandato, quanto à fonte do poder que ele exerce. Essa é a base política distinta.

No parlamentarismo, a essência é que o chefe do governo é um delegado do corpo legislativo e, como tal, seu mandato é revogável a qualquer momento. Isso é importante. Dá maior plasticidade, maior adaptabilidade às flutuações das circunstâncias políticas. Para alguns isso é um bem e, para outros, um mal. É um bem para aqueles que estão preocupados com a conformidade de um governo à evolução das situações políticas e da opinião pública. É um mal para aqueles obcecados pelo princípio da ordem, da maneira mais abstrata, conservadora e reacionária possível.

"Rui Barbosa cometeu um grave crime contra o patrimônio cultural."

JU — Os políticos brasileiros têm sido reais representantes de seus representados?

Quartim — Se eu voto para alguém ser chefe de Estado, de Governo, não estou votando para alguém me representar. Um deputado é eleito para representar alguém. Agora, dizer que o presidente é o representante da Nação é um abuso do termo. Na verdade, ele é eleito para dirigir o Estado por um determinado tempo. No Brasil, as eleições para presidente só funcionaram de verdade durante a chamada República Liberal de 1946. Na República Velha (que nada tem a ver com o que chamam agora Velha República, que é de fato a velha ditadura), isto é, na República Oligárquica (1889-1930), as eleições eram uma farsa sistemática.

JU — Quando o deputado Ulisses Guimarães invoca a tradição republicana inclusive para negociar o mandato presidencial de Sarney e o vincula ao mandato a ser determinado pela Constituição, está usando de retórica?

Quartim — Embora ninguém considere o deputado Ulisses Guimarães uma sumidade cultural, um profundo conhecedor da história política — não consta que o seja —, acho que ele sabe o suficiente para discernir o que se denomina de real tradição republicana no Brasil. Ela se reduz à retórica republicana, uma tradição bacharelesca em que o gosto da frase escondia um desinteresse pela realidade, talvez porque a realidade fosse tão feia que era preferível ficar na frase.

Nada melhor, nesse sentido, do que conhecer a atitude de Rui Barbosa, o tão decantado Rui Barbosa, responsável por esse grave crime contra o patrimônio cultural do País que foi mandar destruir todos os documentos relativos à escravidão, quando ministro do Governo Provisório. Ele achava a escravidão uma coisa muito feia. Essa é a tradição republicana do País. Você manda destruir os sinais do crime. Tenta suprimir as razões que levaram a que estes crimes fossem cometidos. Nesse sentido, Ulisses Guimarães é um digno descendente de Rui Barbosa. Olha apenas para a fraseologia bacharelesca, já que não pode enfrentar a fundo os problemas da miséria nacional.

"Tradição? Temos tradições lamentáveis. O golpismo, por exemplo."

JU — A ideologia do consenso parece ser uma prática dos políticos brasileiros. A democracia pressupõe, necessariamente, o consenso?

Quartim — Não sou contra o consenso. O problema é que tenham imposto, na porrada, um "consenso" que não é fruto de uma expressão, de um acordo nacional, popular, amplo, mais imposto por uma minoria que controla até os meios de formação de opinião. Fala-se muito em consenso. O problema no Brasil é a obsessão pelo consenso e pela conciliação. Não creio que a saída seja por aí. O povo não está conciliado com ninguém. Esse espírito de conciliação não passa de conformismo. Todos esses termos — consenso, conciliação — passam ao lado dos problemas de fundo porque ninguém quer enfrentá-los. É a miséria brasileira. Para mim, o jeitinho brasileiro é a expressão da miséria cultural do País.

A lei no Brasil não é expressão da vontade geral. E, o que é pior, todos sabem que as leis são feitas para serem contornadas. Não há respeito pelas leis. A lei é substituída pela correlação de forças, pela esperteza. Para alguém tirar vantagem de uma situação imediata.

JU — Qual a sua análise da atual Assembléia Constituinte?

Quartim — Ficou obscuro, desde o início, o conteúdo político do mandato conferido pelo povo aos constituintes. E, por isso, fica hoje mais fácil para o Executivo invocar o princípio da separação dos poderes para dizer que o Congresso tem poderes limitados. Agora é necessário um referendum popular para as questões mais polêmicas. Isso foi possível em vários outros países. Submetia-se ao plebiscito popular dois ou três projetos diferentes de Constituição. No Brasil, poderia ter havido outras comissões do tipo Afonso Arinos, mas nomeadas pelos partidos, pela comunidade, não apenas pelo senhor Sarney.

JU — Tomando como base a realidade que se apresenta, quais seriam, na sua opinião, as perspectivas com relação à mudança do sistema político no País?

Quartim — Os dirigentes da chamada Nova República têm demonstrado uma incapacidade enorme para enfrentar os problemas existentes e, quando os enfrenta, o fazem levianamente. Um exemplo é a questão da Reforma Agrária, que é um dos problemas mais antigos e clássicos do País.

Na verdade, eles nem sabem mais o que querem. O próprio PMDB oscila a toda hora e a imprensa reflete bem isso. Às vezes, noticia-se que a maioria é parlamentarista. Em outro momento essa mesma maioria é presidencialista. O nó da questão é que nada disso fica claro. Esse Congresso Constituinte já nasceu viciado pela inexistência de uma discussão prévia em torno das questões relevantes. Ele não tem sequer ponto de vista político. Estamos realmente numa terra de ninguém, de indefinição total. Numa transição em que não se sabe para onde estamos transitando...

"A Universidade tem um papel: aprofundar as questões em discussão."

JU — A mudança do sistema presidencialista para parlamentarista poderá alterar esse quadro?

Quartim — É evidente que o sistema parlamentarista reflete melhor a opinião pública. E, por isso mesmo, é visto com menos simpatia pelos militares. O aparelho militar é o centro do aparelho do Estado, da burocracia. E a burocracia num país sem tradição democrática como o nosso, tende a escapar ao controle da cidadania. Não estou dizendo que parlamentarismo é democracia, mas favorece a democracia. E, quanto mais uma forma de governo favorece o controle da cidadania, mais ela inspira temor aos burocratas, aos homens do aparelho do Estado. Nesse sentido, o militar é favorável ao presidencialismo por questões lógicas. Eu os entendo. Como os entendo! Aliás, no Brasil, o presidencialismo não passou de um governo de generais ou de um governo sujeito à tutela dos generais. Ou foram eles mesmos chefes do Estado ou derrubavam os presidentes civis que não lhes agradavam e aí exerciam a presidência.

JU — A Universidade também vem discutindo as mudanças no sistema político. Qual seria a importância da participação dos intelectuais na definição da política nacional?

Quartim — Como dizia Antonio Gramsci, "os intelectuais não são uma classe, mas toda classe tem seus intelectuais". Ele queria dizer com isso que o intelectual não é neutro. Ele pode ser objetivo. Objetividade é o gosto pela verdade, o rigor científico. Durante muito tempo a Univesidade foi um refúgio, uma ilha de liberdade de pensamento. Acho porém que estão querendo tirar juros demais disso aí... Uma Univeridade não pode ser muito melhor do que seu País, do que a cultura de seu País... A Universidade deve fornecer um aprofundamento conceitual, histórico, para as questões em discussão. A Universidade deve funcionar como um serviço público de cultura e reflexão.

JU — A Unicamp promoveu um debate específico sobre presidencialismo e parlamentarismo, no mês passado. O que se esperava desse debate?

Quartim — Do debate realizado na Universidade depreendemos que o parlamentarismo se constitui, de fato, numa forma de governo mais apta a exprimir a opinião pública do ponto de vista da cidadania. Agora, o arremedo de parlamentarismo que está sendo forjado no Congresso Constituinte pelos "conciliadores" é tão ruim quanto o presidencialismo. Aliás, o presidencialismo teve uma função mais progressista em vários casos, como no Chile de Balmaceda, na Argentina de Peron e até mesmo no Brasil de Getúlio. De qualquer forma, o fundamental é possibilitar ao povo exprimir sua vontade através do voto e isso também vale para o debate constitucional.

Quartim: "No Brasil, a lei é substituída pela correlação de forças".

Unicamp domina supercondutividade

No início de maio, os físicos Sérgio Gama e Renato Figueiredo Jardim, do Laboratório de Baixas Temperaturas do Instituto de Física da Unicamp, conseguiram produzir material cerâmico supercondutor. Foi o terceiro laboratório brasileiro a dominar esta tecnologia de ponta em um intervalo de tempo de apenas um mês. O Brasil entra assim na era da supercondutividade de alta temperatura crítica (Tc), ao lado dos países do Primeiro Mundo.

A transmissão de energia elétrica sem perdas vem sendo incessantemente buscada por pesquisadores do mundo inteiro. Com a supercondutividade, a perda na transmissão de energia verificada nos sistemas convencionais — geralmente da ordem de 20 a 30% — pode ser totalmente eliminada. O fenômeno da supercondutividade foi descoberto no início do século pelo físico holandês Heike Kamerlingh Onnes. Entretanto, somente a partir do início deste ano é que essa tecnologia começa a ser viabilizada.

Os físicos Sérgio Gama e Renato Figueiredo; 95 graus celsius; ao lado, detalhe da pastilha cerâmica.

Na Unicamp, 95 graus Kelvin

A corrida mundial em busca da supercondutividade de alta Tc passa agora a ser integrada pelos pesquisadores brasileiros. Em abril deste ano, o Instituto de Física e Química de São Carlos, da USP, anunciou que a tinha obtido. No final do mesmo mês, o Instituto de Pesquisas Nucleares (IPEN), também anunciava o mesmo feito. Nos primeiros dias de maio foi a vez da Unicamp. Em seguida, outras instituições brasileiras conseguiram o mesmo.

O fenômeno da supercondutividade é obtido através do resfriamento de alguns materiais a baixíssimas temperaturas (próximas do zero absoluto, 273,15 graus Celsius negativos). O resfriamento até então vinha sendo feito com hélio líquido. As instituições brasileiras que desenvolveram a cerâmica supercondutora, o conseguiram a uma temperatura próxima de 100 graus Kelvin, com pequenas variações. Na Unicamp, a primeira medida apontou 95 graus Kelvin. O objetivo agora é melhorar essa temperatura.

Os físicos da Unicamp, depois de dois meses de tentativa, conseguiram obter o material supercondutor. Trata-se de um composto cerâmico constituído de óxidos de bário, de cobre e ítrio. Essa mistura de óxidos é prensada e aquecida a uma temperatura de mil graus Celsius, durante aproximadamente 20 horas em atmosfera de oxigênio. Em seguida, a pastilha cerâmica obtida por esse processo é testada para verificação de sua temperatura crítica. As amostras obtidas na Unicamp, tal como mencionado na literatura científica, apresenta corrente crítica muito baixa, comparada com as correntes críticas dos materiais metálicos. Por isso há muito trabalho pela frente para transformar a conquista dos laboratórios universitários em produção industrial. Antes, porém — alerta o físico Sérgio Gama — é necessário fazer um estudo de viabilidade econômica do uso de nitrogênio líquido para resfriamento do material em aplicações de grande porte, como por exemplo uma linha de transmissão.

Dificuldades

Mas os físicos brasileiros, que começam a dominar o fenômeno da supercondutividade, de alta Tc, ao lado da euforia inicial, lidam com dificuldades sérias a serem transpostas para o avanço da tecnologia no país. O ítrio (Y_2O_3), um dos materiais estratégicos para a produção do material supercondutor, é raro e de difícil purificação. Esse material é encontrado junto às terras raras — areias monazíticas — de onde se extrai também o tório, usado em pesquisas nucleares. O ítrio também é encontrada no mineral xenotima, em teor mais alto, e do qual o Brasil possui grandes reservas.

A Nuclemon, empresa paulista que processava o ítrio, por falta de demanda suficiente do mercado brasileiro vem produzindo um concentrado que contém 75% do ítrio. Os 25% restantes encontrados na composição do material não possibilitam a obtenção da supercondutividade. Isso foi constatado em testes preliminares realizados no Laboratório de Baixas Temperaturas da Unicamp. Em função dessa realidade, os pesquisadores são obrigados a usar ítria importada, o que encarece sobremaneira a pesquisa.

Em face dessas dificuldades, os físicos Sérgio Gama e Renato de Figueiredo estão procurando alternativas. Uma delas é a purificação do ítrio nacional junto ao laboratório do Instituto de Química da Universidade de São Paulo, campus de Ribeirão Preto, onde o processo já foi desenvolvido, e também junto à Nuclemon, que se dispôs a ativar seu equipamento de purificação de ítrio de modo a atender a nova demanda. Paralelamente continuarão pesquisando outras terras raras para obter a supercondutividade.

Os físicos do laboratório de Baixas Temperaturas da Unicamp estão também aguardando para este mês o retorno do físico Oscar Ferreira de Lima, que vem trabalhando com supercondutividade em instituições americanas. Sua volta à Universidade poderá implementar ainda mais o trabalho aqui desenvolvido.

O primeiro passo é obter a otimização do material já caracterizado. Em seguida, tentar substituir o ítrio por outras terras raras tais como samário, gadolínio, érbio, entre outras. O objetivo, de acordo com o físico Sérgio Gama, é tentar, através da pesquisa com variados componentes, entender o mecanismo físico da supercondutividade.

Perspectivas

Ao lado da pesquisa propriamente dita, chegou a hora de dotar o Laboratório de Baixas Temperaturas com equipamentos mais modernos que permitam uma caracterização mais precisa das amostras. Os físicos da Unicamp estão lutando para isso. Eles precisam de equipamentos eletrônicos do tipo nanovoltímetros, multímetros digitais de alta precisão; medidores e controladores de temperatura e amplificadores do tipo "lock-in".

Demonstrada a capacitação científica para a conquista da supercondutividade, os físicos da Unicamp investirão mais fortemente no melhoramento do Laboratório, para o que esperam contar com financiamento de diferentes fontes.

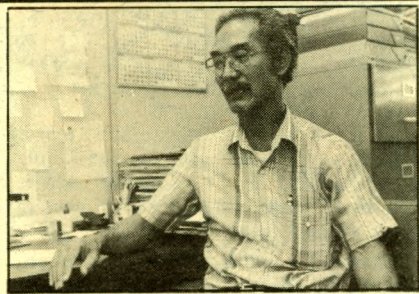
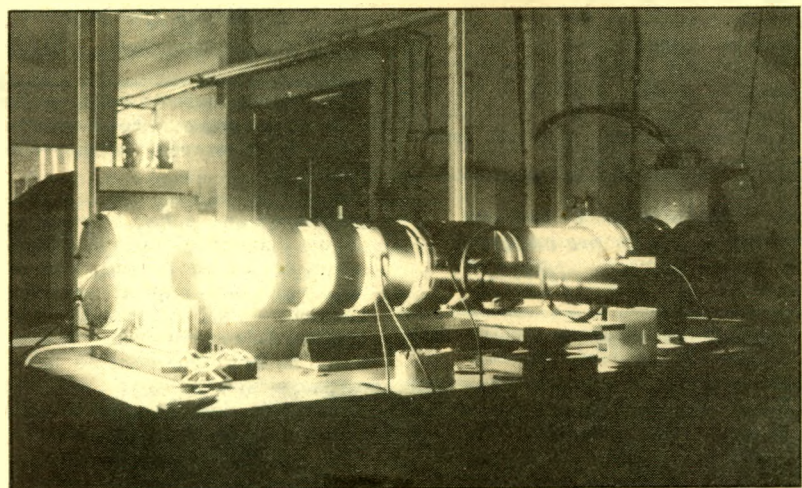
Acham também que a análise dos materiais supercondutores seria enormemente facilitada se a Universidade contasse com um "Centro de Análise de Materiais" de caráter interdisciplinar. Esse centro possibilitaria a análise de materiais avançados atendendo à demanda de pesquisa não apenas da Física como também das Engenharias, Geologia, Química e Biologia.

Enquanto as condições de trabalho não são as ideais, os físicos darão continuidade às pesquisas através de cooperação com outras instituições e cientistas. A idéia é interagir com grupos que dominem diferentes técnicas para preparação e caracterização de materiais. Estão fazendo isso dentro da própria Unicamp — na Química, com o prof. Fernando Gallembeck —, e na própria Física, com Sérgio Moehlecke do Depto. de Física Aplicada e com o prof. Edson Correa da Silva, do Departamento de Eletrônica Quântica. Ainda no Departamento de Eletrônica Quântica, o prof. Carlos Retori caracterizará materiais à base de lantânio.

Pesquisa do plasma vai ter programa nacional

O petróleo e o carvão mineral, as duas principais fontes de energia do mundo moderno, deverão ter suas reservas sensivelmente afetadas nas próximas décadas. O crescente aumento do consumo de energia permite prever, por exemplo, que num prazo de até 50 anos estarão esgotadas as principais reservas petrolíferas do mundo. Outras importantes fontes de energia como a hídrica, bastante limitada em numerosos países, a nuclear, muito controvertida quanto à poluição ambiental, e a solar, que na prática ainda não atingiu bons resultados em larga escala, são hoje objeto de grande preocupação para pesquisadores do mundo todo. É em boa hora, portanto, que o Brasil, através do Ministério da Ciência e Tecnologia, começa a definir sua política com relação a uma fonte de energia tida como inesgotável: o plasma.

Essa preocupação resultou recentemente na formulação de um Programa Nacional de Física de Plasma, que prevê, por sua vez, para os próximos quatro anos, a criação de um Laboratório Nacional do Plasma. Um dos idealizadores e membro da comissão que está elaborando o projeto, a pedido do MCT, é o prof. Paulo Sakanaka, coordenador do Laboratório de Plasma do Instituto de Física da Unicamp. Segundo ele, países como Estados Unidos, Japão, União Soviética e Europa Ocidental, gastam atualmente cerca de 2 bilhões de dólares anuais com pesquisas no campo da fusão termonuclear controlada — que é o processo inverso da fissão. Também países em desenvolvimento como China, África do Sul e Austrália vêm aplicando quantias vultosas em programas nacionais para o desenvolvimento da tecnologia do plasma.

No Brasil, coube à Unicamp iniciar os trabalhos de pesquisa no setor, através da instalação do laboratório existente no Instituto de Física desde 1974. O prof. Sakanaka foi contratado especialmente para este fim. A principal linha de pesquisa desenvolvida na Unicamp, segundo o pesquisador, é o trabalho com sistemas de plasmas pulsados rápidos com confinamento magnético. Ao longo dos últimos 13 anos, a Unicamp produziu 22 mestres e dois doutores, e publicou mais de 80 trabalhos em revistas e anais internacionais.

O maçarico de plasma desenvolvido na Unicamp; ao lado, o prof. Sakanaka.

Glossário

Plasma: *gás rarefeito com elétrons e íons positivos livres, mas cuja carga total espacial é nula.*

Fusão Nuclear: *Reação nuclear em que núcleos leves reagem para formar outro mais pesado, com grande desprendimento de energia. Na reação, parte da massa dos núcleos reagentes se transforma em energia, e por isso a massa do núcleo resultante é menor que a soma das massas dos reagentes. Uma reação de fusão importante é a formação de núcleo de trítio a partir de dois núcleos de deutério, e que constitui a base do funcionamento de uma bomba de hidrogênio. Nos reatores de fusão controlada, procura-se obter uma elevada temperatura, necessária para iniciar a reação, no seio de um plasma gasoso. Como fonte de energia as fusões nucleares têm papel importante, senão fundamental, na emissão de energia das estrelas.*

Fissão Nuclear: *Reação nuclear, espontânea ou provocada, em que um núcleo atômico, geralmente pesado, se divide em duas partes mais leves de massas comparáveis, emitindo nêutrons e liberando grande quantidade de energia. (A fissão do urânio 235, induzida por nêutrons, constitui o mecanismo básico do funcionamento dos reatores atômicos convencionais e das bombas atômicas).*

Na área de plasma existem no Brasil, atualmente, cerca de 40 profissionais distribuídos basicamente por laboratórios da Unicamp, Usp, Ita, Inpe, Universidade Federal Fluminense e Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O Laboratório Nacional de Plasma deverá ser alimentado basicamente pelas pesquisas desenvolvidas nessas instituições. "A criação do Laboratório Nacional não deve implicar em esvaziamento dos grupos de trabalho das universidades", diz o prof. Sakanaka. "Ao contrário, a idéia é intensificar ainda mais os trabalhos, integrando-os através de um intercâmbio permanente entre as instituições." Sakanaka acredita que num prazo aproximado de 15 anos o Brasil deverá contar com 200 profissionais na área, todos com nível de doutoramento.

Entre as contribuições do grupo de plasma da Unicamp para a instalação do Laboratório Nacional, destaca-se o maçarico de plasma para aplicações industriais. Os maçaricos são dispositivos que geram gases a altas temperaturas (dois mil a três mil graus centígrados) usando eletricidade como fonte de energia, com alta eficiência de conversão, podendo atuar na substituição de combustíveis fósseis na siderurgia e metalurgia em geral. São importantes, além disso, no desenvolvimento de novos processos e materiais (cerâmicos e química de alta temperatura).

Uma comissão integrando representantes do Ministério da Ciência e Tecnologia, de agências financiadoras e das universidades que desenvolvem a tecnologia do plasma tem até o dia 15 de julho para apresentar ao MCT o dimensionamento do Programa Nacional de Plasma e a estruturação do Laboratório Nacional. Embora o centro de maior desenvolvimento da tecnologia do plasma esteja situado no triângulo São Paulo-Campinas-São José dos Campos, está definido que o laboratório será construído no Rio de Janeiro. Isso porque o MCT destinou ao Estado de São Paulo, mais especificamente a Campinas, a instalação do Laboratório de Síncroton. Estima-se que serão necessários US$ 60 milhões para sua instalação.

Engenharia do Petróleo

Programa une Petrobrás e Unicamp

A Unicamp e a Petrobrás assinaram dia 17 último, em Campinas, convênio para o desenvolvimento de um Programa de Ensino e Pesquisa em Engenharia de Petróleo considerado, a nível universitário, o único curso brasileiro na área. O curso, a nível de pós-graduação (mestrado), visa a preparar e aprimorar especialistas em Engenharia de Petróleo, setor em que o Brasil depende umbilicalmente do exterior. Numa primeira fase, o investimento da Petrobrás será de 100 milhões de cruzados.

Segundo o coordenador do programa, prof. Antônio Celso F. de Arruda, que também é diretor da Faculdade de Engenharia de Campinas, "o programa busca a qualificação dos técnicos brasileiros e a criação de um centro de excelência em Engenharia de Petróleo dentro do ambiente universitário, fator decisivo para que o País possa enfrentar os crescentes desafios na indústria do petróleo".

Embora a Petrobrás se inclua entre as corporações que pesquisam na área de plataforma marítima, com capacidade para repassar know-how a diversos países, na área de formação de recursos humanos, a nível de pós-graduação, a única opção no momento, continua restrita ao envio de pesquisadores aos grandes centros. "Gradativamente esse panorama deve ser mudado", afirma o reitor da Unicamp, Paulo Renato Costa Souza. "Vamos trazer para a Universidade grandes especialistas estrangeiros e, ao mesmo tempo, enviar ao exterior pesquisadores interessados em adquirir novos conhecimentos".

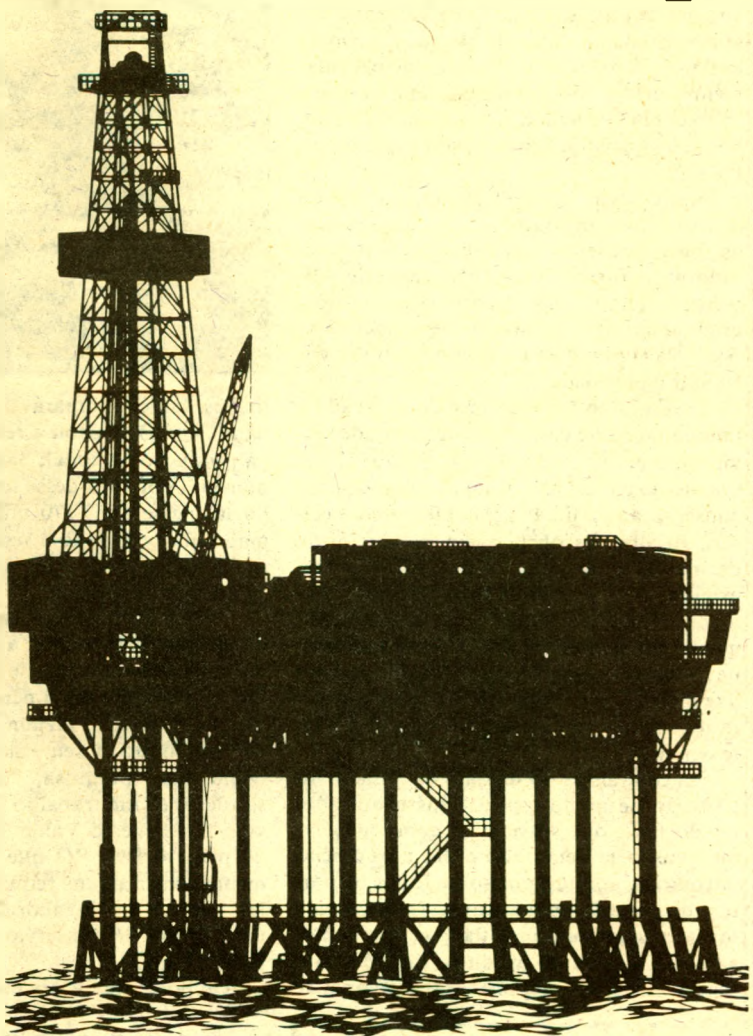
O convênio prevê, além da construção, no campus da Unicamp, de um edifício para o funcionamento do Centro de Engenharia de Petróleo (Cepetro), a instalação de laboratórios para realização de pesquisas que sejam de interesse da estatal e da Unicamp. Prevê também a contratação de técnicos e professores para o curso. O corpo docente será constituído por 13 professores da Unicamp, todos doutores especializados em áreas afins, ligados à Faculdade de Engenharia de Campinas (FEC), ao Instituto de Matemática, Estatística e Ciência da Computação (Imecc), ao Instituto de Geociências (IG) e à Faculdade de Engenharia de Limeira (FEL). Também participarão 26 professores estrangeiros procedentes de cinco instituições norte-americanas: Stanford University, Colorado School Of Mines; Tulsa University, Louisiana State University e Texas University.

As etapas

Da prospecção ao produto final, são diversas as etapas que constituem o processo de exploração e extração de petróleo. A Engenharia de Petróleo atua nas etapas de exploração, perfuração, completação e produção de petróleo. Na exploração, o trabalho é basicamente geológico, incluindo-se o dimensionamento do campo e de suas reservas. A perfuração consiste na localização de pontos ideais para a instalação dos dutos de drenagem e a "elevação" do petróleo. Na completação ocorre o revestimento do poço e a instalação dos tubos para a drenagem do produto. E finalmente, a produção é a etapa em que ocorre o escoamento do produto, através de técnicas que variam de acordo com as condições do solo (plataforma continental ou marítima).

A criação do Cepetro permitirá, segundo Paulo Renato, a formação de uma equipe brasileira altamente especializada num prazo de 6 a 8 anos. "Espero que a essa altura os pesquisadores estrangeiros venham à Unicamp somente na condição de visitantes", disse. Paralelamente a Unicamp estará enviando aos Estados Unidos seis de seus pesquisadores para fazerem doutoramento na área, de modo a atender, no futuro, disciplinas específicas nas quais há absoluta carência.

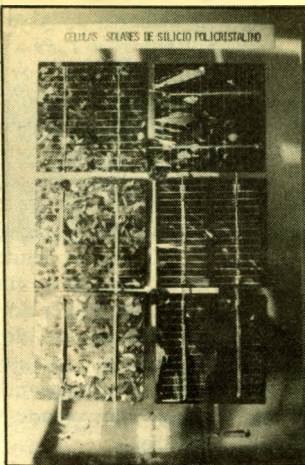
O curso tem início marcado para 3 de agosto. Para que o aluno obtenha o grau de mestre é necessário que cumpra no mínimo 24 créditos escolhidos de comum acordo com o seu orientador. Exige-se do candidato gradução em engenharia e bom conhecimento da língua inglesa. A prova foi realizada dia 26 de junho, às 8 horas, na Comissão de Pós-Graduação da Faculdade de Engenharia de Campinas (Unicamp).

Outras informações pelo telefone (0192) 39-1102.

Já a partir de agosto a Unicamp começa a preparar especialistas em engenharia do petróleo.

Energia solar dá prêmio a Chambouleyron

Nos trópicos o aproveitamento energético a partir do sol pode constituir-se numa fonte inesgotável de energia. Entretanto, esse potencial não vem sendo devidamente explorado, especialmente nos países do Terceiro Mundo, entre eles o Brasil. As pesquisas para a utilização da energia solar há muito saíram dos laboratórios e ganharam as indústrias, onde essa fonte energética já vem sendo comercializada.

As inscrições de pesquisas encontram-se agora numa fase de aprimoramento dos trabalhos já desenvolvidos e partem em busca de materiais que possibilitem maior eficiência na conversão da energia solar em elétrica. E foi exatamente por dedicar-se a essa área da pesquisa que o físico Ivan Chambouleyron, chefe do laboratório de Conversão Fotovoltáica do Instituto de Física da Unicamp, recebeu o prêmio internacional "Energia para a Humanidade".

Chambouleyron: após oito anos de pesquisas, um importante prêmio internacional.

Detalhe da célula de silício.

O prêmio

Chambouleyron foi o único cientista de país subdesenvolvido ou em desenvolvimento a conquistar o prêmio, que é dado anualmente pela Sociedade de Energia Global. Os dois outros cientistas premiados, Nejat Veziroglu e T.A. Lawand, são respectivamente das universidades de Miami (EUA) e de MacGil (Canadá).

O pesquisador brasileiro recebeu o prêmio durante o Simpósio Internacional sobre Tecnologia de Energia Razoável que se realizou no Centro de Convenções de Anaheim, em Los Angeles, entre os dias 1.º e 3 de junho. O prof. da Unicamp foi o criador do laboratório de Conversão Fotovoltáica da Unicamp, em 1979. Desde então vem pesquisando as diversas formas de geração de energia elétrica a partir do sol. Em 1985 publicou um artigo na revista especializada "Energia Solar", vol. 36, onde se faz uma análise detalhada sobre o mercado da energia fotovoltáica no Terceiro Mundo.

Segundo Chambouleyron, os países altamente industrializados, onde se concentram apenas 25% da população mundial, consomem cerca de 80% da energia elétrica produzida no mundo inteiro. Daí a importância da pesquisa de fontes alternativas de energia. Uma das grandes vantagens da captação da energia solar é que, além de ser renovável, não é poluente.

Por enquanto, a transmissão da energia elétrica gerada pelo sol em grandes centrais ainda não é compensadora. Sai três vezes mais cara que a nuclear e 10 vezes mais que a elétrica gerada por sistemas convencionais. Apesar disso, para pequenas utilizações — produtores rurais e fazendas — não há nada mais barato que a energia fotovoltáica, garante o pesquisador da Unicamp.

No Brasil, a energia solar também começa a se tornar uma realidade. A viabilidade técnica e econômica dessa fonte renovável de energia já está comprovada. Países como os Estados Unidos, Espanha, Itália, Austrália, Japão e Israel utilizam em larga escala a energia solar a partir de grandes centrais fotovoltáicas.

Para Chambouleyron, a energia fotovoltáica é particularmente indicada para países com grandes dimensões territoriais e baixa densidade populacional, quando fica extremamente onerosa a instalação de redes elétricas convencionais. O Brasil está nesse caso.

Célula Solar

A conversão da energia solar para elétrica se dá a partir da construção de células solares. São dispositivos eletrônicos que possibilitam o armazenamento e a transmissão da energia gerada a partir do sol. O material usado na célula solar é o silício, material semicondutor de larga aplicação na indústria eletrônica.

Existem, no entanto, diferentes tipos de silício, como o monocristalino, o policristalino e o amorfo. O grupo de pesquisadores da Unicamp coordenado por Chambouleyron vem-se dedicando ao aperfeiçoamento de todos esses materiais. Ultimamente, no entanto, têm-se concentrado nos chamados materiais amorfos, considerados mais promissores.

O silício monocristalino é um cristal perfeito e também o mais caro. É usado na indústria eletrônica. O policristalino é feito de vários cristais com diferentes orientações; é usado essencialmente para a obtenção da energia solar. Num dia ensolarado, cada metro quadrado coberto por células solares recebe 1 kw de energia de radiação. Como a célula solar só aproveita de 10 a 15% da energia que cai, a produção de energia elétrica a partir do sol por metro quadrado é de 100 a 150 watts.

Chambouleyron vem-se dedicando ultimamente ao silício amorfo, por várias razões: é muito mais barato de produzir que os demais, se produz a baixas temperaturas e em camadas muito mais finas. Apesar dessas vantagens, sua aplicação encontra-se ainda em estágio de laboratório. O grande problema com esse tipo de material, de acordo com o pesquisador, é que o silício amorfo se degrada com o tempo (de 1 a 2 anos) e sua eficiência, no momento, é reduzida. Para obter melhores resultados, o laboratório de Conversão Fotovoltáica vem pesquisando outros tipos de materiais amorfos como ligas, silício carbônico, nitrogênio, germânio nitrogenado e germânio carbônico, entre outros.

Caracterização de materiais

A Heliodinâmica — fábrica de células do sistema fotovoltáico — está assinando um convênio de cooperação técnico-científica com o laboratório de Conversão Fotovoltáica da Unicamp. O convênio tem por objetivo o desenvolvimento tecnológico de células solares com silício policristalino brasileiro. O laboratório da Universidade vai também caracterizar materiais e dispositivos, além de continuar pesquisando soluções tecnológicas mais viáveis para o aproveitamento das células.

O Brasil, apesar de deter a maior reserva mundial de quartzo — material básico para a confecção do silício semicondutor — ainda não o produz comercialmente. O mercado brasileiro vem porém crescendo substancialmente para essa área de aplicação tecnológica. A Heliodinâmica, por exemplo, que atende à Embratel e a vários fazendeiros, gera anualmente de 200 a 300 kw de energia elétrica por conversão fotovoltáica.

Quem é

O prof. Ivan Emílio Chambouleyron é argentino. Formou-se engenheiro de telecomunicações em 1962, na Faculdade de Ciências Físico-matemáticas da Universidade Nacional de La Plata. É pós-graduado em eletrônica digital e transmissão de dados pela Philips International Institute of Technological Studies, localizado na cidade de Eindhoven, Holanda. Doutorou-se em Ciências Físicas, em 1970, pela Faculdade de Ciências da Universidade de Paris, França.

A experiência profissional de 25 anos de pesquisa científica e tecnológica do prof. Chambouleyron concentra-se na área de dispositivos eletrônicos semicondutores. Foi reitor durante um ano na Universidade Tecnológica Nacional (U.T.N.) da Argentina. De 1971 a 1976 foi conselheiro científico e técnico em diversos organismos de planejamento da Argentina e assessor do Ministro da Cultura e Educação.

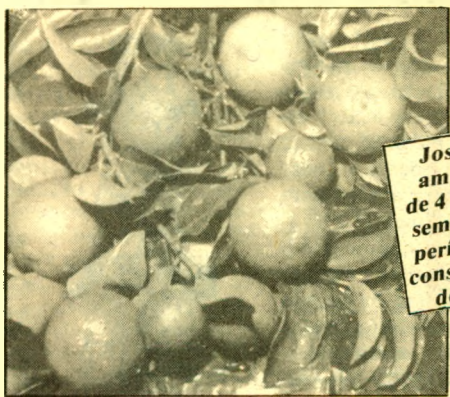
Chefiou uma equipe interdisciplinar do programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) que estudou as possibilidades de aplicação da energia solar na América Latina. Desse trabalho resultou o livro "Energy Alternatives in Latin America". Em 1979, participou da elaboração do Programa de Energia Solar da Organização Latino-Americana de Energia (OLADE), em Quito, Equador. Em janeiro de 1979 foi convidado pelo grupo de Energia da Unicamp para iniciar, na Universidade, pesquisas na área de conversão fotovoltáica, onde se encontra até hoje. Tem publicado artigos científicos em revistas nacionais e internacionais.

Boa-nova para o produtor de limão

Com sua produção aumentando ano a ano no Brasil, o limão taiti enfrenta um grave problema antes de chegar ao consumidor: o seu período de safra demasiadamente curto — de dezembro a março — e a conseqüente dificuldade em se mantê-lo em boas condições de consumo após esse período.

Após ouvir, durante 11 anos, a mesma queixa dos produtores, a engenheira-agrônoma Josalba Vidal de Castro, pesquisadora do Instituto de Tecnologia de Alimentos (Ital), de Campinas, e pós-graduanda na Faculdade de Engenharia Agrícola (Feagri) da Unicamp, resolveu enfrentar o problema.

O resultado foi uma tese de mestrado e uma importante contribuição que pode servir tanto ao mercado interno quanto ao setor de exportações: usando métodos de conservação do limão até então desconhecidos, Josalba descobriu que a melhor forma de manter o produto dentro dos padrões exigidos pode ser obtida mediante um tratamento mínimo do limão e seu acondicionamento em saquinhos plásticos de polietileno. Mediante essa técnica, Josalba mostra que o limão pode ser conservado em temperaturas ambientes por um período de até sete semanas.

As conquistas do método de Josalba interessam de modo especial aos exportadores do taiti, que sofriam as conseqüências do transporte demorado e das burocracias portuárias, comuns em quase todos os portos de grande movimento. O problema tornava-se maior à medida que, ano a ano, aumenta a safra do produto. Em 80 o taiti representava 40% da produção nacional de limões, índice comparável ao do limão siciliano. Em 85, passou a responder por 68% da produção nacional; São Paulo foi o responsável por 70% desse total. O Brasil produziu, nesse ano, 170 mil toneladas de limão taiti, ocupando a segunda posição entre os países produtores sul-americanos, logo atrás da Argentina.

Josalba ampliou de 4 para 7 semanas o período de conservação do taiti.

"Além disso — explica Josalba — havia o requisito de se manter a cor verde do produto até que ele chegasse ao consumidor." Outro problema era a perda de peso. Esses fatores, somados, faziam o limão taiti perder em muito o seu valor comercial. No início da pesquisa, Josalba utilizou subsídios de um trabalho anterior desenvolvido por Ernesto Valter Bleinroth, em 76, no próprio Ital. "O que fiz foi principalmente cobrir alguns requisitos além daqueles que ele havia abordado, procurando uma forma de conservar o taiti por mais tempo", diz.

De posse de limões cedidos pela Frutal Agropecuária, de Conchal, a maior exportadora do produto (em 85, conforme informações da Associação Brasileira dos Horticultores, a Frutal foi responsável pela exportação de 853 toneladas de limão taiti, representando divisas da ordem de 329.804 dólares), Josalba passou aos testes práticos. O primeiro resultado foi a constatação de que a temperatura de 8.º C é ideal para a manutenção do taiti em geladeira, com o que ele passa a suportar quatro semanas sem perder suas características principais.

Para os exportadores, isso era pouco: quatro semanas é exatamente o tempo necessário para que um navio de carga chegue até a Europa. Aplicando ao limão uma camada de cera protetora, tipo Pro-Long, Josalba conseguiu aumentar o período de conservação para oito semanas. Para avaliar-se as dificuldades que representou chegar a essa constatação, basta dizer que, para isto, foram necessários dois anos de testes.

Numa nova etapa tratava-se de testar a resistência da cor. Josalba usou para isso o ácido geribélico, experimentando diversas concentrações, até chegar à ideal. "O limão era mergulhado no produto e estava pronto. A concentração ideal foi a 10%", constatou.

Por fim, os dados mais expressivos ficaram para a experimentação com o saquinho de polietileno. O processo obedeceu a algumas etapas: primeiro, logo após a colheita, submetia-se o limão a um tratamento com um fungicida a 500 ppm; depois, mergulhava-se o fruto no saquinho com ácido geribélico. Após várias tentativas, Josalba concluiu que o polietileno, onde se armazena o produto, deveria obedecer a alguns padrões: para embalar seis frutos, saquinhos de 36cm de comprimento, 14cm de largura e espessura de 50 micras. Outro requisito: que tivesse oito furos de 0,5cm cada. "O filme plástico age como um fator seletivo na troca gasosa", esclarece a pesquisadora.

Apesar de não se ter preocupado com a avaliação econômica do custo do saquinho plástico, Josalba demonstrou que o método atende a padrões técnicos. É o ideal para uma viagem de quatro semanas, de navio, até a Europa, onde estão nossos principais importadores, e ainda suporta o período em que o limão demora para ir do porto ao consumidor (mais três semanas). Um fator importante é o fato de não ser necessário refrigeração, porque estes dados foram obtidos a temperaturas ambientes. Tais vantagens, claro, são extensivas ao mercado interno.

Universidade agradece e confere título a Montoro

O título de Doutor "Honoris Causa", uma das maiores honrarias universitárias, foi conferido pela Unicamp ao ex-governador André Franco Montoro, atualmente na presidência do Instituto Latino-Americano de Desenvolvimento. O diploma do título foi entregue a Montoro pelo reitor Paulo Renato Costa Souza, em solenidade pública no último dia 27 de maio.

Montoro foi saudado pelo vice-reitor, prof. Carlos Vogt, que relembrou a trajetória acadêmica e política do ex-governador paulista, assim como sua atuação pela recuperação física e científica das universidades estaduais, particularmente da Unicamp.

Depois de agradecer a "distinção", Montoro reconheceu sua antiga identificação, como professor e homem público, com a Unicamp que, na sua concepção, tem valorizado os aspectos que considera fundamentais numa universidade: autonomia, pesquisa, espírito crítico, integração com a comunidade e liderança no processo de desenvolvimento do País.

Como presidente de uma instituição latino-americana que atua visando o desenvolvimento de 400 milhões de latinos, Montoro aproveitou a oportunidade para falar de suas preocupações com a "gravidade do momento" por que passa o Brasil e os demais países dependentes das Nações do Primeiro Mundo. O ex-governador tem puxado o coro dos que acreditam que o cerne do problema está na dívda externa, que tem dificultado, se não impedido, o desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo. Aceitando os argumentos do economista Aldo Ferrer, Montoro também acha que "a dívida não pode ser paga".

Da academia à política

Formado em advocacia em 1938, aos 22 anos, pela Faculdade de Direito da USP, Montoro, antes de se tornar um político de projeção, cumpriu religiosamente todos os estágios da carreira acadêmica. Depois de licenciar-se em Pedagogia e Filosofia pela PUC-SP, doutorou-se em Filosofia e foi aprovado como professor livre-docente da Faculdade de Direito da USP.

Lecionou Filosofia, Ética e Fundamentos Sociológicos e Direito Privado. Em 1968 chegou a dirigir a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Distrito Federal. Publicou vários trabalhos científicos, entre os quais se destacam: "Princípios Fundamentais do Direito" (Prêmio do Instituto dos Advogados, 1942) e "Introdução à Ciência do Direito", que se encontra em sua 10.ª edição. Desde 1946 é professor catedrático licenciado na cadeira de Introdução à Ciência do Direito pela Faculdade de Direito da PUC-SP.

Mas foi sobretudo na política que Montoro aplicou e desenvolveu o conhecimento jurídico e filosófico adquirido em sua passagem pela academia. Ingressou na vida pública em 1952, quando foi eleito para vereador da Câmara Municipal de São Paulo pelo extinto Partido Democrata Cristão. De 1955 a 1959 foi deputado estadual, exercendo a presidência da Assembléia Legislativa de São Paulo. De 1959 a 1971 elegeu-se por sucessivos mandatos como deputado federal. Durante a crise política do início dos anos 60, ocupou o Ministério do Trabalho e Previdência Social do governo João Goulart.

Foi eleito senador da Repúblcia em 1970 pelo antigo MDB, partido que ajudou a fundar. Reeleito ao Senado para o período de 1979/87, com quase cinco milhões de votos, atuou como líder do MDB no Senado. Elegeu-se governador do Estado em 1982 com a legenda do atual PMDB, com 5.300.000 votos, tornando-se, na época, o governador mais votado da histórica política brasileira.

Em seu pronunciamento de saudação, o prof. Carlos Vogt lembrou que, ao longo de sua vida pública, Montoro se destacou na defesa da organização dos sindicatos rurais e no fortalecimento e autonomia dos movimentos sindicais como um todo. Defendeu continuamente a autonomia dos municípios e a garantia à moradia, além da remuneração justa aos trabalhadores. Como legislador, foi responsável pela instituição do salário-família, pela isenção do imposto de renda às remunerações até cinco salários mínimos e pela proposta que restabeleceu o sistema de voto direto para governador e senador. Participou ativamente pela campanha do restabelecimento das eleições diretas para presidente da República. Hoje, à frente do Instituto Latino-Americano de Desenvolvimento, busca uma solução conjunta dos países do Terceiro Mundo para a crise econômica e social ocasionada, principalmente, pelo pagamento maciço de juros da dívida externa.

Montoro e o reitor Paulo Renato: a homenagem da Unicamp.

Na história do Conselho, um personagem especial

"Aos vinte e um dias do mês de fevereiro de mil novecentos e sessenta e sete, realizou-se a sessão de instalação do Conselho Diretor da Universidade Estadual de Campinas, no edifício da Maternidade de Campinas." Essas são as palavras iniciais da ata inaugural do órgão deliberativo máximo da Unicamp. De lá para cá, quase 300 atas já foram redigidas. Elas variam no conteúdo, assim como vária e multiforme foi a experiência do Conselho nestes 20 anos de existência, mas se aproximam num detalhe: todas levam a assinatura de d. Arlinda Rocha Camargo, secretária geral da Universidade.

Das primeiras atas, que continham cerca de 10 páginas, até as de hoje, com cerca de 250, geralmente distribuídas em dois volumes, o que não falta é história para contar. Os 19 volumes encadernados e guardados cuidadosamente por d. Arlinda relatam minuciosamente os caminhos percorridos pela Universidade. Ali, no calor das discussões, as faculdades e os institutos foram aos poucos sendo delineados e, com isso, todo o perfil da Universidade.

Ainda hoje, como nos primeiros tempos, é ela quem dá o contorno oficial às decisões do Conselho. Contribuiu muito para o êxito desse trabalho, desde o início, sua experiência anterior no Conselho Estadual de Educação, onde o prof. Zeferino Vaz — fundador da Universidade — foi buscá-la. Escolha feliz: seu toque podia ser sentido da escolha do mobiliário inicial da Unicamp às primeiras aléias do campus: chegou mesmo a plantar com as próprias mãos alguns dos flamboyants que hoje adornam as avenidas da Universidade.

Nada mais justo então que, no ato de instalação do Conselho Universitário da Unicamp, no último 31 de março, quando a Universidade, por assim dizer, alcançou sua maioridade, a grande homenageada pelo reitor Paulo Renato Costa Souza tenha sido exatamente a figura discreta porém eficiente de d. Arlinda. Com um cartão de prata "pelo dedicado trabalho à frente da Secretaria Geral desde sua criação", d. Arlinda recebeu das mãos do reitor o símbolo do reconhecimento por seu trabalho ao longo de todos esses anos.

Histórias por contar

As histórias da Unicamp ainda estão por serem escritas. Quando isso acontecer, um de seus personagens será sem dúvida d. Arlinda, que vivenciou a Universidade desde sua fundação. Mesmo nas reuniões iniciais do Conselho Diretor, com seu reduzido número de membros, as discussões eram demoradas e não raro acaloradas. Duravam cerca de quatro horas. Afinal, tratava-se de implantar uma universidade. Nessas reuniões, o prof. Zeferino Vaz não dispensava o uso da gravata. Para os esquecidos havia sempre uma "extra" na gaveta. Para as secretárias, traje de passeio, no mínimo, não se permitindo a calça comprida, hábito até hoje mantido pela Secretaria Geral.

Segundo d. Arlinda, Zeferino Vaz, apesar de sempre convincente em seus argumentos, sabia ouvir com paciência seus interlocutores, acatando com entusiasmo qualquer boa sugestão. A mesa de trabalho usada por Vaz desde as primeiras reuniões, de estilo neoclássico, havia pertencido ao ex-prefeito de Campinas, Rui Novaes, e hoje serve já sucessivamente a quatro reitores.

Coordenar o trabalho da Secretaria Geral não é tarefa fácil. Para isso, d. Arlinda conta com o apoio de duas colaboradoras muito próximas, Miríades Cristina Janotte e Maria Maura Salvador. Além delas, 53 outros funcionários encarregam-se de cuidar para que as reuniões do Conselho transcorram dentro da melhor expectativa de seus 62 membros. Para isso concorre também um valioso serviço de arquivo, de onde se pode sacar, sem maior esforço, a vida acadêmica de cada docente da Universidade.

Mas não é apenas ao Conselho Universitário que d. Arlinda atende. Por delegação do Ministério da Educação e Cultura, cabe à Secretaria Geral da Unicamp analisar uma média de 1.000 diplomas por mês dos formandos de 230 cursos das 95 faculdades da região. Até hoje, já passaram por suas mãos cerca de 140 mil processos para registro oficial de diplomas de graduação. Esse trabalho vem crescendo a cada ano e, com a nova estrutura do Conselho Universitário — agora ampliada —, a tendência aponta para tarefas adicionais. D. Arlinda acha que faz sua parte. Surpresa com a homenagem dos conselheiros, faz questão de registrar para o **Jornal da Unicamp** sua emoção. "Não trabalhei para isso, mas valeu a pena."

Arlinda e os flamboyants, 300 atas depois.

jornal da UNICAMP

CONSTITUINTE

Campinas, Junho/Julho de 1987 — Suplemento Especial — N.º 2

No calor do debate constitucional

Eliézer Rizzo de Oliveira

Existe nas universidades brasileiras uma preocupação relativamente importante sobre a Assembléia Nacional Constituinte. Pelo que nos é dado conhecer, os esforços mais dignos de nota desenvolveram-se na UnB e nas universidades federais de Minas Gerais e Rio Grande do Sul,embora não saibamos ainda dos resultados, já que, estando em andamento os trabalhos da Constituinte, devem também encontrar-se em fase correlata as atividades nas universidades. Cito estes exemplos apenas para constatar que a criação do Núcleo de Estudos Constitucionais da Unicamp corresponde a uma responsabilidade de natureza social e política para com o momento nacional, responsabilidade que é atendida, de alguma forma, pelas universidades citadas.

O reconhecimento da necessidade deste trabalho houvera sido afirmado na campanha da escolha do Reitor.Alguns candidatos o disseram claramente e, no caso específico do reitor Paulo Renato, constou de seu programa a disposição — e a proposta — de incorporação da Unicamp, de forma a mais objetiva e competente possível, aos esforços de construção de uma sociedade democrática através da Constituinte. A forma de núcleo interdisciplinar evidenciou-se como a mais adequada, e para tanto havia um conjunto de experiências positivas na própria Unicamp. Todavia, ao contrário de núcleos e centros que têm sede e locais de pesquisa, o NEC — ao menos no momento — prescinde de instalações próprias na medida em que sua função tem sido estimular Institutos, Faculdades, Núcleos e Centros a tomarem como objetos de estudos e temas constantes da pauta constituinte, o processo político da Constituinte e, em especial, a própria Constituinte. Ninguém precisa senão do seu próprio local de trabalho para fazer isto.

Sua estrutura é simples: o NEC é dirigido por um Conselho Científico ainda em formação, composto por representantes das Unidades e tendo como convidadas as Associações (DCE, Assuc, APG e Adunicamp), podendo incluir outros três convidados externos à Unicamp. Ele cumpriu o processo normal de tramitação e decisão, culminando com a sua aprovação (criação e Regimento) pelo Consu. Deste Conselho Científico será escolhido um grupo menor que compartilhará a direção mais propriamente executiva com o Coordenador. Dada a natureza dos seus trabalhos, ficou evidente que o NEC deveria ter a sua coordenação vinculada diretamente à Reitoria.

Os resultados têm sido positivos. A tendência é que se formem grupos de pesquisa a partir dos vínculos entre docentes, departamentos e outras instâncias com temas específicos, não apenas para acompanhar o que se passa na Constituinte como também para analisar o processo de formulação da legislação ordinária após a Constituinte. Deste modo, não há prazo determinado para a vigência do NEC. Acredito que projetos de pesquisa serão definidos em breve, com recursos externos ou do FAP. Se considerarmos que os objetivos do NEC voltam-se à formação da cidadania no tocante à comunidade interna, ao esclarecimento da opinião pública e à influência que se possa exercer junto à Constituinte, o balanço provisório pode ser avaliado favoravelmente, muito embora ainda haja muito que fazer. Ao menos dois dos simpósios realizados neste primeiro semestre refletiram-se diretamente sobre os trabalhos constituintes. O primeiro foi dedicado à questão da missão constitucional das forças armadas, que contou com militares e intelectuais e que obteve uma justa repercussão na imprensa e nos meios políticos. Geraldo Lesbat Cavagnari Filho, coordenador associado do Núcleo de Estudos Estratégicos e responsável pela organização do Simpósio junto com o NEC, prestou depoimento na subcomissão que examinou a "defesa do Estado" e suas sugestões ganharam espaço na imprensa escrita e na televisão. Na verdade, não existe no momento outro grupo político ou universitário no País tão habilitado a interferir nesta questão quanto o NEC, sem o qual os ministros militares ainda estariam falando sozinhos, e sem resposta, em seu propósito de pura e simplesmente manter na nova Constituição a versão que mais lhes convém sobre a função interventora das forças armadas na ordem social e política. Também foi muito gratificante a repercussão do simpósio "Questão agrária". Um dos participantes foi o deputado Oswaldo Lima Filho, relator da subcomissão que tratou deste tema, o qual incorporou em seu relatório sugestões apresentadas na Unicamp.

Os dois destaques não acarretam um julgamento do mérito dos demais, os quais, aliás, têm sido do mais alto nível. Apenas que estes conseguiram, pela sensibilidade dos temas e pelas propostas neles apresentadas, cumprir com mais propriedade os objetivos do NEC. Cabe ressaltar um fato relevante: os trabalhos do NEC continuaram durante a recente greve com apoio das entidades, as quais compreenderam a importância de não se interromper a reflexão sobre este momento nacional. Mas o fato é que tanto a greve em questão quanto a perspectiva de nova paralisação refletiram-se nos trabalhos, já que se poderia certamente contar com número mais significativo de participantes, fosse outra a situação.

Para finalizar: todos os debates estão sendo gravados e editados em vídeo com a finalidade de serem utilizados na Universidade e fora dela. Houve também transmissão direta para o prédio do Básico e, apenas num caso, para o IFCH. O material escrito será editado proximamente, para o que a direção do NEC está buscando recursos externos na forma de patrocínio cultural.

Chamo a atenção do leitor para a necessidade de que se convença, ele também, de não se omitir destes temas e do momento tão especial pelo qual passa o País: o momento da Assembléia Nacional Constituinte. Sua contribuição será bem -vinda.

Eliézer Rizzo de Oliveira é professor do IFCH e chefe de gabinete da Reitoria da Unicamp.

O golpe branco contra a mineração

Hildebrando Herrmann

Embora não se vislumbrasse, com o advento da Nova República, condições para grandes mudanças estruturais, previa-se, ao menos, uma adequação da política econômica e social às legítimas aspirações da sociedade brasileira.

Esperava-se também que a Assembléia Nacional Constituinte, na elaboração da Nova Constituição, fosse sensível às teses apresentadas às subcomissões, por parcela ponderável da comunidade nacional. Tanto assim que o seu regimento interno não apenas previa, como até mesmo incentivava, a participação popular na apresentação e discussão de temas constitucionais .

Na subcomissão que tratou especificamente da questão mineral inúmeras foram as sugestões apresentadas pelos diversos segmentos da sociedade. De comum entre elas havia o reconhecimento da impossibilidade de mudanças significativas no documento político em elaboração. Mesmo as modestas mudanças periféricas que não comprometiam a ordem econômica vigente não vingaram, embora tivessem sido brilhantemente defendidas pelos seus autores nas audiências públicas da subcomissão e que foram, posteriormente, endossadas pelo seu relator, deputado Virgildasio de Senna, do PMDB baiano.

O conluio dos parlamentares Delfim Neto, Roberto Campos, Afif Domingos, Albano Franco, Irapuan Costa Junior, Marcos Lima, Antonio Carlos Franco, Gil Cesar, Gustavo de Faria, Nyder Barbosa, Renato Johnsson, Antonio Ueno, Gilson Machado, Jalles Fontoura, Rubem Medina, com os empresários Otávio Monteiro de Carvalho e Antônio Dias Leite Neto, conforme notícia o Jornal do Brasil de 27-5-87, foi o responsável pela derrota do relatório que, embora não refletisse de forma abrangente as teses apresentadas pelas entidades civis,foi bastante sensível aos seus tópicos mais importantes.

No relatório apresentado à subcomissão e posteriormente modificado, previa-se que: 1) os recursos minerais ficavam incluídos entre os bens da União; 2) a competência original sobre recursos minerais era da União; 3) o acesso ao bem mineral seria exclusivo de brasileiros ou empresas nacionais, estas definidas como sendo empresas cujo controle decisório e de capital pertencessem a brasileiros, minimizando, desta forma, a internacionalização do nosso subsolo; 4) o direito ao aproveitamento das substâncias minerais seria sempre outorgado por prazo determinado, contrariamente à indeterminação hoje existente; 5) ficava mantida a separação das propriedades superficial e mineral e possibilitava-se uma participação maior ao proprietário do solo nos resultados da lavra; 6) estendia o monopólio do petróleo que hoje é restrito às fases de pesquisa e lavra; às fases subseqüentes e relativas ao seu refino, transporte, distribuição etc. 7) abolia a possibilidade de assinatura de contrato de risco; 8) estabelecia, no texto constitucional, o monopólio sobre a pesquisa, lavra, enriquecimento, industrialização e o comércio de minérios nucleares.

Outras três subcomissões: minorias, tributação e meio ambiente, também subscreveram teses que se intercruzavam com a questão mineral e que podem assim ser resumidas: 1) somente a União pode exercer atividades de mineração em terras indígenas, desde que inexistam reservas conhecidas e suficientes em outras partes do País. O exercício desta atividade fica condicionado à autorização prévia da comunidade indígena e da aprovação do Congresso Nacional. A garimpagem é facultada aos índios em suas próprias terras; 2) extingue o imposto único sobre minerais e vincula o exercício da atividade ao pagamento de Imposto sobre Circulação de Mercadorias a ser definido em lei ordinária; 3) prevê a compatibilização do desenvolvimento econômico à proteção do meio ambiente e exige a nível constitucional a elaboração de estudos de impacto ambiental para o desenvolvimento das atividades econômicas.

A subcomissão presidida pelo deputado Delfim Neto foi insensível às propostas das entidades civis e às ponderações do seu relator e as rejeitou "in limine". O anteprojeto afinal aprovado representa um retrocesso econômico pois mantém o texto da atual Constituição e as inovações ali inseridas são nocivas ao País, pois, entre outras coisas, permite a internacionalização do subsolo, mesmo em áreas de faixa de fronteira ou em reservas indígenas, o que hoje, por lei, não é permitido.

Quanto aos anteprojetos das subcomissões de minorias, tributação e meio ambiente, não houve mudanças significativas às propostas apresentadas pelos relatores e as que ocorreram apenas aperfeiçoaram o texto apresentado, principalmente na subcomissão sobre o meio ambiente em que ficou garantido a obrigatoriedade de realização de estudos multidisciplinares de impacto ambiental previamente à instalação de planos, programas, propostas e atividade efetiva ou potencialidade causadoras da degradação ambiental, bem como assegura ampla divulgação de seu conteúdo que, em audiências públicas obrigatórias, poderá ser contraditado.

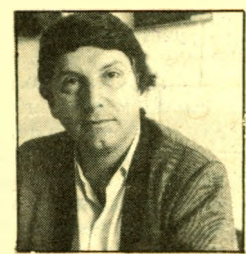
A primeira fase da elaboração da Nova Constituição chega ao fim de forma melancólica com a derrota de teses que representavam algum avanço para o aperfeiçoamento do setor mineral do País.

A justificativa apresentada pelos parlamentares vitoriosos para a não inclusão no anteprojeto de muitas das propostas apresentadas é de que os tópicos rejeitados podiam perfeitamente ser contemplados na legislação ordinária.

Este é um falso argumento pois desmobilizada a sociedade e extinto o quórum privilegiado inerente a qualquer carta constitucional,ficam os temas relevantes à mercê dos casuísmos e das forças de pressão permanentemente organizadas pelo setor produtivo nacional e internacional, cujos interesses raramente se confundem com os da sociedade privada.

Essa derrota ainda não é definitiva. Três outras fases virão e nelas, dependendo da participação popular, poderão ser resgatadas as propostas originais apresentadas à subcomissão, bem como outras não contempladas dentre as quais destacam-se: 1) a descentralização aos Estados e Municípios de algumas competências originariamente exclusivas da União no que se refere à questão mineral; 2) a inclusão da questão da água subterrânea no texto constitucional como forma de protegê-la para as demandas futuras; 3) criação de um Fundo Regional mediante contribuição compulsória dos mineradores para aplicação em projetos de pesquisa básica e tecnológica de interesse do setor mineral.

Uma coisa é certa, a questão mineral deve ser tratada de forma abrangente e privilegiada no novo texto constitucional, dada sua importância estratégica para o País, principalmente por ser o setor mineral o fornecedor dos insumos básicos à indústria de transformação. A perspectiva de um golpe branco, cujos primeiros passos já foram dados, conforme se depreende das notícias veiculadas pelos órgãos da imprensa, será usada, pelos setores retrógrados da sociedade brasileira, como forma de pressão ilegítima para minimizar a importância da indústria de mineração e impedir assim que ela ocupe o seu lugar junto das demais atividades econômicas.

Para se neutralizar o avanço destes setores espúrios só mesmo uma grande mobilização das forças vivas da Nação. Urge pressionar de forma legítima e organizada os atuais constituintes para que, sensíveis aos apelos populares, subscrevam a Constituição que nós queremos.

Hildebrando Herrmann é professor de política e legislação mineral no Instituto de Geociências da Unicamp.

jornal da UNICAMP CONSTITUINTE

A questão urbana e a Carta

Héctor Hernán Bruit, Hélvio Guatelli e José Roberto do Amaral Lapa

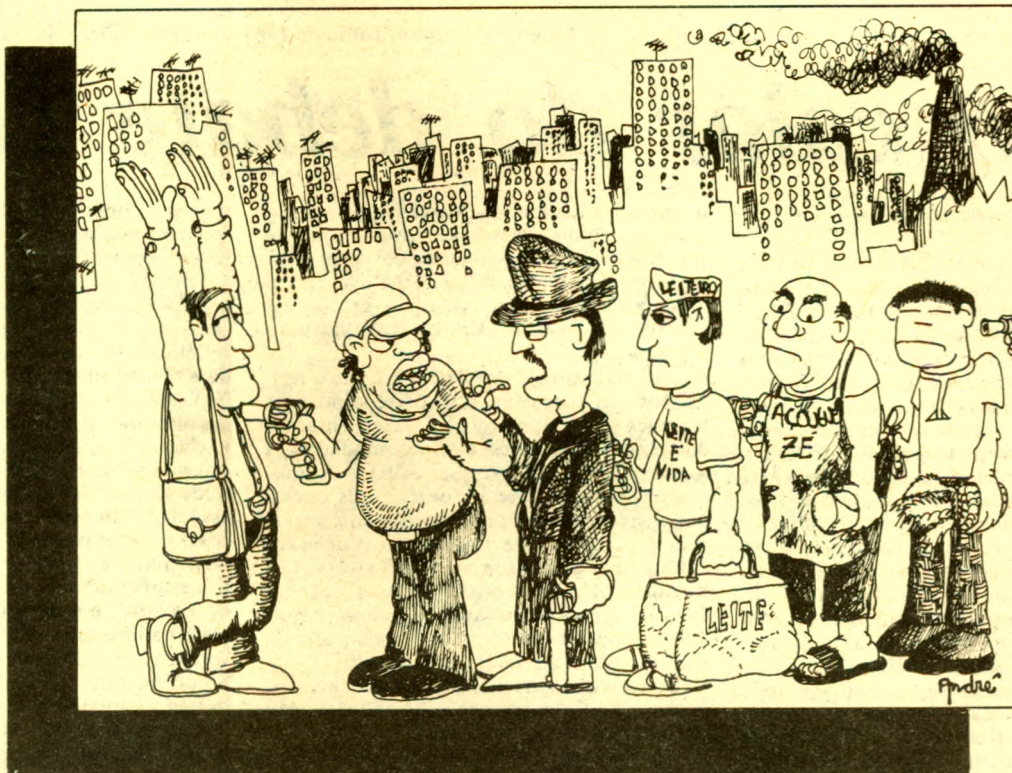
O presente texto é uma síntese de trabalho apresentado pelos autores ao final do seminário "A questão urbana e regional e a Constituinte", realizado na Unicamp de 1.º a 5 de junho passado. O encontro foi promovido pelo Núcleo de Estudos Regionais e Centro de Memória da Unicamp, pela Secretaria de Economia e Plenajamento do Estado, pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil e pelos sindicatos dos Arquitetos e dos Engenheiros do Estado de São Paulo. Coube ao prof. Bruit, do Departamento de História da Unicamp, apresentar o trabalho em plenário. Hélvio é diretor do escritório-Campinas da Secretaria de Planejamento de Estado e o prof. José Roberto do Amaral Lapa, prof. do Departamento de História, é também coordenador do Centro de Memória da Unicamp.

Os movimentos sociais, eclodidos em janeiro de 84, desbarataram a ditadura, alimentaram legítimas aspirações democráticas e deram à classe política um norte, um rumo para a condução do processo de redemocratização, que traduzisse, efetivamente, condições básicas do direito do cidadão: morar com dignidade, trabalhar sem o aviltamento do salário, ter o acesso — de fato — aos equipamentos previdenciários mais eficientes, à Educação em todos os seus níveis, pública e gratuita, enfim, uma vida mais digna e justiça social que, entretanto, não constituíssem, apenas, abertura retórica de mais um documento oficial.

Alimentou-se a esperança de que a vibração de nosso povo, saído do obscurantismo de vinte anos, a que a ditadura o remeteu, pudesse, no instante de abertura dos trabalhos constituintes, merecer o reconhecimento de ver estabelecidos princípios que sobretudo traduzissem as aspirações cantadas, reclamadas e exigidas nas sés deste Brasil. Entretanto, abre-se a escrita nova da Nação sem que, plenamente, se estabeleçam princípios e referências que consolidem o avanço impelido pelos movimentos sociais, agora tutelado pela classe política, sem o arrojo e a determinação proclamados.

Nessa perspectiva, a consciência do papel do Estado em uma sociedade que se almeja desenvolvida, tem permitido ressaltar, ao longo de nossas discussões, algumas propostas lastreadas em princípios de justiça social, e, especificamente no que se relaciona às cidades, em prevalências fundamentais ao desenvolvimento mais harmônico e equilibrado dos espaços urbanos, seus equipamentos, usos e ocupação.

É inegável, todavia, que a eficácia dessas propostas dependerá de uma política que realmente contemple a soberania nacional e o interesse de resguardar o capital nacional. Vale dizer que sem a definição clara de uma política econômica, desatrelada da subordinação ao capital internacional, não serão mais do que palavras e intenções as propostas aqui apontadas, ainda que com lógica e fundamentadas. Parece, todavia, que os movimentos sociais que atualmente eclodem, constituem indícios de reversão no quadro político-institucional do país, de forma a concretar as conquistas alcançadas, realçando o recorte e a expressão cultural do coletivo urbano, na reconstituição e na reconstrução dos espaços das cidades.

A prevalência da função social da propriedade coloca a necessidade de serem previstos mecanismos, no texto constitucional, de forma a assegurar à sociedade o uso produtivo da propriedade imobiliária, deslocando-se para a comunidade parte dos ganhos decorrentes do seu próprio esforço. Assim, as figuras de desapropriação por necessidade, utilidade pública ou interesse social, desnatada da valorização decorrente de investimentos públicos, a progressividade do imposto sobre a propriedade urbana territorial, a contribuição de melhoria, punição à acumulação ociosa de lotes, sob outras formas, o aumento do rigor sobre a proliferação dos loteamentos periféricos e a criação de bolsa municipal de imóveis, constituem recursos que, introduzidos no texto ou em leis complementares, conforme o caso, causarão impacto na organização espacial do tecido urbano, favorecendo seu adensamento, otimizando sua infra-estrutura, rentabilizando investimentos públicos e privados e dinamizando a economia do circuito imobiliário.

O senador Dirceu Carneiro (PMDB-SC), convidado especial do seminário, entre os organizadores Hélvio Guatelli, Héctor Bruit e Amaral Lapa.

Questões como o direito à perempção pelo Estado para questões de política habitacional, o controle mais eficiente sobre o endividamento público, de forma a se compatibilizar com o orçamento, o esgotamento das possibilidades de acesso da população à moradia, através do mercado, suscitaram interpretações mais amplas, de crítica ao capitalismo retardatário em uma sociedade cujo aparelho produtivo guarda compartimentos de atraso, convivendo com segmentos de grande avanço tecnológico, heterogeneidade e incongruências do sistema produtivo ("quando a agricultura necessita crescer, o setor industrial não consegue atender às suas demandas de equipamentos"), contraposição ao processo que se verifica nas economias mais modernas.

As conseqüências no desenvolvimento urbano decorrentes desse crescimento aos saltos na economia brasileira são óbvios, absorvem as contradições do sistema, transparentes na gênese colonialista e ganham uma conotação de "caos" na década dos sessenta, com a exacerbação do processo especulativo, da economia de exportação e as taxas de imigração tão intensas quanto absurdas em suas causas: marginalidade do homem do campo do circuito da produção, tanto por ocorrência da modernização dos implementos e equipamentos, quanto pela extrema pobreza dos habitantes da terra.

Decorrem dessa profunda interseção de causas, as questões do emprego pelo setor industrial, passam pela reforma agrária e pelas políticas sociais empregadoras de mão-de-obra, constatando-se que o urbano não tem um recorte de problemática em si mesmo, e as políticas a ele pertinentes terão que obviamente se relacionar às demais.

Os recentes debates promovidos na Unicamp vêm reafirmar, enfim, conceitos de regiões e as instâncias de poder que poderão ensejar a definição de políticas de desenvolvimento mais adequadas, variando as propostas desde a formação de regiões de livre interseção, com a convergência dos poderes federal, estadual e municipal no plano apenas operacional, até a retomada de um modelo que configure institucionalmente as regiões metropolitanas e as grandes aglomerações urbanas, correspondendo-lhes instâncias de poder e recursos específicos. A ênfase final recoloca a importância dos movimentos sociais e os mecanismos institucionais que lhes assegurem acesso às instâncias decisórias, sem que se vincule essa participação ao poder público, sob qualquer fórum; ao contrário, resguardando-se a identidade dos movimentos sociais em relação ao Poder, evitam-se os males históricos do protecionismo e da tutela política, confere-se autenticidade às suas iniciativas, progride-se no aperfeiçoamento das instituições.

Referido ciclo de exposições e debates permitiu-nos, finalmente, provocar algumas reflexões críticas a respeito da "questão urbana", porém, e sobretudo, serviu-nos para pontuar alguns princípios básicos e constatar o consenso de amplos segmentos aqui intervenientes quanto à necessidade de serem incorporados ao texto constitucional, sob a expectativa porém de que um tratamento conservador, ou menos renovador, escoará no descrédito da classe política.

Os debates realizados na Unicamp resultaram, finalmente, num feixe de propostas que foram transmitidas na sessão de encerramento, ao senador Dirceu Carneiro, constituinte por Santa Catarina. Segundo essas propostas, é da competência dos Estados e da União:

a) definir normas gerais de desenvolvimento urbano.

b) modificar a estrutura do poder local de forma a institucionalizar:

b.1) regiões metropolitanas, com estrutura político-administrativa diferenciada.

b.2) diferenciação dos municípios, através de tipologia que se referencie em suas vocações e potencialidades.

b.3) níveis de poder e recursos compatíveis com as diferenciações expressas pela tipologia.

c) se delegue aos Estados a institucionalização específica das regiões metropolitanas, a partir das referências constitucionais básicas e leis complementares;

d) assegurar a prevalência da função social da propriedade, através dos seguintes instrumentos, que serão regulados por leis complementares e normas:

d.1) imposto progressivo sobre imóveis

d.2) imposto sobre valorização imobiliária

d.3) direito de preferência na aquisição de imóveis urbanos

d.4) desapropriação por interesse social ou utilidade pública

d.5) descriminação de terras públicas

d.6) tombamento de imóveis

d.7) regime especial de proteção urbanística e preservação ambiental

d.8) concessão de direito real de uso

d.9) parcelamento e edificação compulsórios.

Observação: o direito de propriedade territorial urbana, a forma de pagamento da indenização relativa à desapropriação por interesse social e a regularização fundiária de áreas ocupadas por comunidades consolidadas, serão objeto de regulamentação por leis complementares.

e) Adotar medidas administrativas para a identificação e recuperação de terras públicas e à descriminação das terras devolutas, sendo garantida a participação das representações sindicais e associativas.

f) fica assegurada a iniciativa popular de leis no âmbito municipal, relativos à vida urbana, mediante proposta articulada e justificada de cidadãos eleitores em número equivalente a determinada porcentagem correlata à tipologia das cidades.

g) fica assegurado a um conjunto de cidadãos eleitores em número equivalente a 5% do colégio eleitoral, suspender, através de voto popular, a execução de lei urbana promulgada e que contrarie os interesses da população

§ único: a lei, objeto de veto, deverá, automaticamente, ser submetida a referendo popular.

h) fica assegurado o auto-acesso da população às informações sobre planos de uso e ocupação do solo e transporte e na gestão dos serviços públicos.

Em busca da reforma tributária

Fabrício Augusto de Oliveira

Não é recente o consenso sobre a necessidade de reforma do sistema tributário nacional. Embora ainda hoje vozes isoladas se oponham a essa iniciativa sob o falso argumento de que pequenos ajustes seriam suficientes para fazer a sua correção de rota, não é plausível esperar que encontrem elas ressonância no seio da Assembléia Nacional Constituinte que legará ao País, entre outros frutos, um novo formato tributário. Isto porque também predomina entre a maioria esmagadora de seus membros a convicção de que o quadro tributário outorgado ao País no bojo das reformas instrumentais realizadas pelo governo militar em meados da década de 60, não somente se envelheceu, depois de ter cumprido o papel para o qual foi idealizado, mas também tornou-se inadequado para uma sociedade onde os objetivos de justiça social e de fortalecimento técnico, político e econômico das esferas subnacionais passam a ser peças vitais de seu projeto. Além disso, é de uma evidência atroz o fato de que algo deve ser feito para que o Estado recupere a capacidade de financiamento de seus gastos, bastante comprometida nos anos 80 em virtude da recessão e do ajustamento a que foi submetida a economia. De fato, a carga tributária bruta que atingiu no Brasil, em meados da década de 70, cerca de 26-27% do PIB, encontra-se hoje reduzida a 22-24%, enquanto a carga tributária líquida, que mede efetivamente a capacidade de investimento e de consumo do governo, comprometida pelos encargos crescentes da dívida pública, reduziu-se, nesse período, de 16% para ínfimos 7% do PIB. Nessa situação, ao lado de uma reforma financeira, é inequívoco que a reforma do sistema tributário que procure ampliar a base de tributação do País, e ela incorporando setores e segmentos da sociedade ainda praticamente infensos ao seu ônus, deverá contribuir, de forma importante, para que o Estado recupere a sua capacidade de gastos e materialize os objetivos da Nova República de crescimento auto-sustentado e de prioridade ao social. Se isso parece muito não é, entretanto, tudo que deve ser contemplado na reforma do sistema.

Assim, atenção especial também deve ser dedicada à desmontagem da armadilha orçamentária que foi montada pelo poder autoritário com o claro propósito de distribuir, à sorrelfa, benesses para aqueles que gravitavam à sua volta, enquanto a sociedade perdia um importante instrumento de controle sobre o Estado, através de seus representantes políticos. A unificação e transparência dos orçamentos públicos, a sua aprovação pelo Congresso e a reatribuição a este do poder de legislar sobre matéria orçamentária e de finanças, repontam como medidas indispensáveis para que a sociedade recupere a peça orçamentária como um instrumento de controle que ela possui sobre o Estado, capaz de impedir e de evitar seus abusos e desmandos.

De igual forma, removidas devem ser as imperfeições técnicas que foram reintroduzidas no sistema — como a relativa à tributação em cascata na figura do PIS (1970) e FINSOCIAL (1982) — com o objetivo de aumentar a carga tributária sem a observância dos preceitos constitucionais sob o pretexto de tratarem-se de contribuições parafiscais. Não menos importante, deve ser a definição clara, precisa e inteligível do montante de tributos que deve ser pago pelo contribuinte ao longo do exercício fiscal, o que hoje inexiste devido à complexidade da legislação tributária e aos seguidos desrespeitos aos princípios constitucionais que cumprem o papel de defender, quando respeitados, o cidadão dos abusos dos governantes.

Se há consenso de que o formato tributário deve ser revisto e adequado ao novo projeto de sociedade em gestação, o mesmo não se pode dizer sobre o peso e a importância que adquirirão essas questões nos debates e nem sobre a dimensão e amplitude das medidas que para elas serão adotadas. Isto porque, sendo distintas as motivações dos agentes que reivindicam a reforma, dificilmente seus representantes políticos defenderão com o mesmo ímpeto e vigor as mesmas propostas. Ao contrário, pode-se esperar que as posições sejam, na maioria dos casos, conflitantes. Caberá, assim, à Assembléia Constituinte, através dos debates e alianças que se estabelecerem, a tarefa de conciliar e compor os vários interesses em jogo, e adequar o sistema às atuais condições sócio-econômicas e políticas do País.

De qualquer forma, das duas questões que deverão polarizar os debates sobre o capítulo tributário, é necessário um alerta para que os interesses regionais e a mesquinharia desmedida não comprometam a edificação das bases de uma sociedade que se pretende democrática. A primeira diz respeito à distribuição do "bolo" tributário entre as esferas da federação de forma a iniciar a construção do federalismo no País. Ainda que essa medida implique uma redistribuição das tarefas e encargos entre União, Estados e Municípios, deve-se ter clareza que o federalismo exige, para que seus alicerces sejam sólidos, que haja autonomia financeira, política e técnica para as esferas que o compõem. Para que isso ocorra exige-se face ao quadro atual não somente uma melhor partilha dos recursos tributários mas também a criação de mecanismos que efetivamente compensem as discrepâncias existentes entre as regiões de suas bases econômicas e tributárias, de forma a propiciar-lhes condições de atender às demandas por infra-estrutura econômica e social que lhe são endereçadas. A segunda refere-se à distribuição do ônus tributário entre os membros da sociedade. A correção de sua reconhecida regressividade exige que maior importância seja atribuída aos impostos diretos, eliminando-se os privilégios atuais, e que sejam criados impostos sobre o patrimônio, as heranças e doações. A observância desses pontos é fundamental para que passem a ser predominantes os princípios da justiça fiscal. E de uma sociedade mais igualitária.

Fabrício Augusto de Oliveira é professor do Instituto de Economia da Unicamp.

Saúde e indústria de medicamentos

Geraldo Giovanni

Em 1986, cerca de 72 milhões de brasileiros ainda não tinham qualquer acesso a medicamentos e não menos de 58 milhões de habitantes tinham um acesso que pode ser considerado precário, seja do ponto de vista da quantidade, seja no aspecto da qualidade.

Parece desnecessário tecer comentários sobre o quadro de doenças deste País, mas pode-se afirmar com certeza que sua gravidade resulta do insucesso crônico da política de saúde do Estado brasileiro. Tanto os modelos adotados quanto a incapacidade dos governos de procederem a uma reforma tributária radical, que possibilite suportes para as políticas sociais, acabaram por gerar um sistema de assistência médica privatizado, de custos ascendentes e por isso mesmo excludentes em relação à maioria da população.

Por outro lado, no que diz respeito à política de medicamentos, a ótica adotada foi sempre a ótica econômico-industrial e nunca a médico-social. Assim sendo, o setor farmacêutico nunca recebeu um tratamento vinculado a uma política global de saúde. Sempre foi visto, incentivado ou até induzido a certos padrões a partir do jogo de interesses em que o setor industrial, segmentado entre um pequeno grupo de grandes empresas de capital estrangeiro e um grande número de pequenas empresas de capital nacional, buscou estabelecer compromissos com sua própria rentabilidade e nunca com as necessidades de saúde da população.

Certamente, no embate entre aqueles segmentos, as empresas de capital nacional levaram a pior. Apesar de existirem em número infinitamente maior, detêm apenas 15% de um mercado onde o faturamento atingiu 1,8 bilhão de dólares no ano passado. A fatia restante, de 85%, pertence às empresas de capital estrangeiro.

A primeira tentativa de se inverter esta ótica perversa que subordina as necessidades de saúde da população aos intereses empresariais foi o estabelecimento da **Rename** (Relação Nacional de Medicamentos Essenciais). Embora imperfeita, essa relação de 378 produtos, na medida em que configura um mercado institucional relativamente estável, tem o poder de disciplinar a oferta, bem como de atuar como fator regulador na competição entre empresas. Além disso, e principalmente, a **Rename** poderá apontar o caminho da autonomia no setor químico-farmacêutico e farmacêutico, atrelando sua produção às carências da saúde, no caso brasileiro.

A partir dessa definição, é possível estabelecer uma política industrial para medicamentos essenciais. A delimitação do universo da essencialidade — 378 produtos dentre aproximadamente 28 mil — possibilita o desenvolvimento de processos e produtos de forma acessível à disponibilidade de recursos, que é sempre parca. O exemplo da **Codetec** (Companhia de Desenvolvimento Tecnológico), em Campinas, demonstra a existência de capacitação para a produção em escala industrial de medicamentos essenciais sem um custo demasiadamente elevado, e demonstra também que a autonomia nacional poderá ser alcançada em menos de dez anos.

É exatamente aí que reside a questão. Desde o início dos anos 70, o Brasil adotou uma posição de não adesão aos acordos internacionais de patentes sobre medicamentos e alimentos. Isto significou que as barreiras jurídicas para o desenvolvimento de capacitação indu[illegible] no setor farmacêutico estavam levantadas. Se esse desenvolvimento não se deu, foi porque, de um lado, nunca houve interesse dos grupos multinacionais em internalizar no Brasil todos os estágios tecnológicos da produção de remédios (mesmo porque o modo de acumulação da indústria farmacêutica a nível mundial se faz através dos mecanismos de exportação de insumos no fluxo matriz-filial) e, de outro lado, ou por razões econômico-financeiras ou por incapacidade gerencial, as indústrias nacionais nunca se envolveram nesse esforço. Somente a ação do Estado é que poderia funcionar como fator de indução nesse sentido. No presente momento, a Central de Medicamentos, de modo ainda tímido, encaminha uma política nessa direção.

Coincidentemente, inicia-se um movimento internacional de crítica e ataque à posição brasileira de não adesão. A "Gazeta Mercantil" de 11 de maio passado já noticiava as ações do governo norte-americano, certamente representando os interesses empresariais, no sentido de levar à reversão da posição brasileira.

Sem qualquer risco de xenofobia ou nacionalismo barato, mas considerando principalmente as carências da saúde da população brasileira, é preciso frisar que esta posição é intocável e inegociável. Qualquer mudança em sentido contrário significará a impossibilidade de desenvolvimento de processos industriais e produtos que sejam a redenção brasileira no setor de fármacos e medicamentos.

À medida em que os lobbies atuam e em que a capacidade e a credibilidade do governo central para fazer frente às injunções econômicas internacionais decrescem a olhos vistos, resta como alternativa a ação do poder constituinte. É absolutamente imprescindível a criação de mec[illegible]mos constitucionais de proteção a uma política de "renacionalização" da produção de medicamentos, especialmente a de medicamentos essenciais, seja pela garantia de mercados para a empresa nacional — particularmente a estatal —, seja pela garantia da prestação de assistência farmacêutica no que diz respeito à atenção básica de saúde a todos os segmentos da população.

Certamente uma política de medicamentos, mesmo que articulada dentro de uma ótica médico-social, não é suficiente para a solução dos problemas de saúde. A política de medicamentos deve ser obrigatoriamente um apêndice de uma política nacional de saúde, da qual a Assembléia Nacional Constituinte poderá definir os princípios: universalização efetiva da assistência médica, hierarquização e regionalização dos sistemas de atenção à saúde, e principalmente o crescimento do papel do Estado na produção e oferta dos serviços de saúde. Isto não é uma outra história e não pode ficar para uma próxima vez.

Geraldo Giovanni é professor do Instituto de Economia e diretor geral de Administração da Unicamp. É autor do ensaio "A questão dos remédios no Brasil".

jornal da UNICAMP CONSTITUINTE

Campinas, junho/julho de 1987

Por uma política de C&T

Os reitores Jorge Nagle (Unesp), José Goldemberg (USP) e Paulo Renato Costa Souza (Unicamp) levaram recentemente a contribuição das três universidades estaduais paulistas ao grupo de parlamentares que integra a subcomissão de Ciência e Tecnologia na Constituinte. As propostas foram feitas durante debate promovido em São Paulo pela Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado. O que se segue é um resumo da comunicação dos reitores, apresentada na ocasião pelo prof. Jorge Nagle.

Primeira parte: Ciência e Tecnologia na Universidade

Ponto 1 — A educação superior no Brasil contemporâneo está excessivamente atrelada a esquemas cartoriais de habilitação profissional, controlados por organismos corporativos como o CREA, o CRO, o CRM etc. Tais mecanismos inibem sobremaneira a iniciativa da Universidade na formulação de novos perfis profissionais, no fornecimento de novos conteúdos de informação e experiência, e na busca do desenvolvimento integral das potencialidades do aluno, em virtude da primazia dos objetivos cartoriais inscritos na Lei ordinária, que invadem quase todo o espaço curricular e metodológico disponível.

Sugestão: separar as funções de habilitação profissional e de habilitação acadêmica, esta de competência da Universidade e aquela das corporações profissionais, impedindo que uma se possa basear na outra. Assim, a habilitação profissional passaria a ser feita com base em exames de qualificação de cada um, obedecendo inclusive a padrões que poderiam comportar variabilidade e validade regionais.

Ponto 2 — O estágio atual do desenvolvimento científico e tecnológico do País exige uma mudança de enfoque no relacionamento entre a Universidade e a moderna empresa industrial. Esse relacionamento, que hoje se resume no fornecimento de pessoal qualificado pela Universidade à indústria, deve evoluir para uma **parceria permanente** entre os dois setores, através da qual o processo de modernização do parque produtivo seja continuamente acompanhado com visão crítica pela Universidade, e os profissionais da indústria possam atualizar permanentemente sua formação. O estabelecimento dessa parceria requer a quebra do atual distanciamento entre a Universidade e o setor produtivo, mas de tal modo que a autonomia de cada um dos lados seja reforçada, e nunca reduzida, pela interação com o outro.

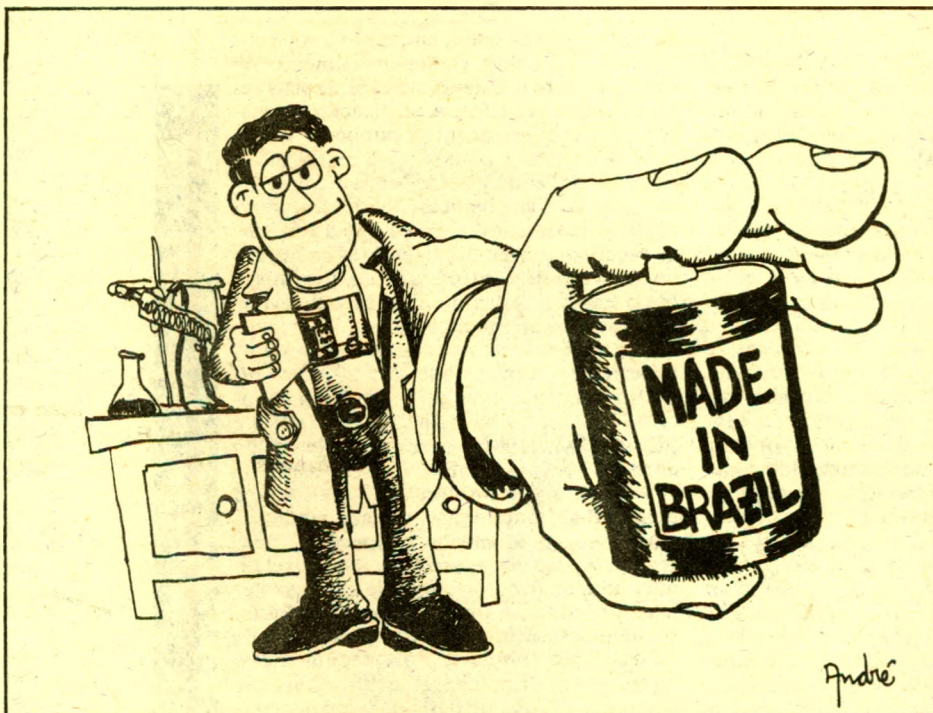
Sugestão: estabelecer mecanismos de incentivo para que a empresa utilize tecnologia desenvolvida no País com a participação das Universidades.

Ponto 3 — A fim de que a atividade de criação científica possa produzir conseqüências sobre o setor produtivo é necessário criar condições para que os pesquisadores agreguem seus esforços em torno de grandes projetos, sem prejuízo da iniciativa individual. Os esforços agregados exigem, para que tenham sucesso, uma continuidade de apoio dentro de um contexto consistente ao nível nacional. Torna-se portanto necessária a existência de um Projeto Nacional efetivamente operante no campo da pesquisa científica e tecnológica.

Sugestão: atribuir a uma política científica e tecnológica, elaborada pelo MCT e aprovada pelo Congresso Nacional, força normativa sobre as políticas setoriais nos setores de comunicações, transportes, energia etc.

Ponto 4 — Sem dúvida, as dificuldades de romper com o subdesenvolvimento estão associadas, por um lado, à falta de domínio sobre as tecnologias utilizadas e ao pequeno volume de atividades de desenvolvimento científico e tecnológico; e, por outro lado, à pequena articulação dessas atividades com a dinâmica do setor produtivo e com a vida cultural da Nação.

Torna-se necessário, portanto, para desenvolver o País, incrementar significativamente os recursos destinados à Ciência e Tecnologia, elevando-os a percentuais praticados em países desenvolvidos, através de canais e mecanismos que promovam a efetiva integração da pesquisa científica com o sistema produtivo e com a cultura nacional.

Sugestão: estabelecer uma **meta nacional** de ultrapassagem, até o ano 2000, do marco da aplicação de 2% do PIB no desenvolvimento científico e tecnológico. Para o financiamento da ciência básica, além do reforço do investimento estatal, poderiam ser estabelecidos mecanismos semelhantes aos criados pela Lei Sarney para a área cultural. Para o financiamento da ciência aplicada, as empresas seriam incentivadas a investir recursos em parceria com as Universidades para o desenvolvimento de tecnologias selecionadas de acordo com uma política industrial que promova a independência econômica da Nação.

Ponto 5 — Grande parte da Universidade brasileira cresceu sob a égide do regime militar, dentro de uma mentalidade que valorizava indevidamente o conhecimento meramente operativo da técnica (que não pode ser confundida com o conhecimento tecnológico na sua concepção mais abrangente), colocava sob suspeita todas as ciências humanas com o seu enorme poder de indagação, e desprezava a formação científica básica.

A moldura intelectual resultante desta visão pequena e equivocada da Ciência não é adequada para apoiar a modernização mais conseqüente da sociedade brasileira, sendo portanto necessário superá-la.

Sugestão — a partir de alguns centros irradiadores de um modo de pensar genuinamente científico, lançar um amplo movimento nacional de valorização e aculturamento da Ciência, voltado para distintos setores da população, a saber:

a) para a população em geral, através do incentivo à divulgação científica de boa qualidade e fácil acesso;

b) para as crianças e jovens, através da melhoria e valorização do ensino das Ciências na escola primária e secundária;

c) para a própria Universidade, através de programas de intercâmbio com os grandes centros universitários de investigação científica.

Ponto 6 — A partir das últimas décadas, o desenvolvimento da Ciência abriu novas e importantes frentes que são, por assim dizer, ortogonais às fronteiras que separam as disciplinas científicas tradicionais. Por exemplo, à medida que o estudo de processos biológicos chega até o nível molecular, seus métodos e, mais do que isso, seu próprio contexto, se aproximam dos da Química.

O desenvolvimento da Informática, tão crucial para lastrear o surgimento de uma sociedade moderna, só se pode dar a partir da integração de várias disciplinas científicas tradicionais (Engenharia de Sistemas, Óptica, Mecânica, Física do Estado Sólido etc). Além disso, a capacidade de armazenar e acessar de forma estruturada grandes quantidades de informação abre a possibilidade de construir sistemas com "inteligência artificial". Em última análise, entretanto, a exploração mais cabal dessas possibilidades exige o conhecimento mais apurado dos processos cognitivos pelos quais opera a nossa própria inteligência, ou seja, a visão, a capacidade de reconhecer cenas, a linguagem etc. Assim, o desenvolvimento da Informática se reflete na Psicologia, na Educação, na Lingüística, em disciplinas que antes pareciam muito removidas das chamadas Ciências Exatas.

Em conseqüência desses novos desdobramentos do progresso científico, fica cada vez mais claro que a estrutura universitária tradicional, baseada em Departamentos mais ou menos estanques e dedicados a disciplinas muito bem delimitadas, não é suficiente para conferir à Universidade uma atuação pioneira na expansão das fronteiras do conhecimento humano. Por outro lado, mesmo reconhecendo a insuficiência dessas estruturas, é preciso investir no seu revigoramento, na medida em que suas disciplinas constituem o substrato necessário das novas aplicações e desdobramentos da Ciência.

Sugestão: abrir oportunidades, dentro das Universidades, para o estabelecimento de espaços institucionais (Núcleos, Programas etc) de exercício da interdisciplinaridade, em interação com os Departamentos. Esses espaços devem ter uma atuação integradora sobre os recursos intelectuais da Universidade, e sua utilização deve ser dedicada à exploração de áreas emergentes do conhecimento humano, como a Informática, a Biotecnologia, e outras.

Segunda parte: elementos para uma política nacional de C&T

Ponto 1 — Para que uma política de Ciência e Tecnologia possa se constituir em fator da soberania nacional, é preciso que ela esteja articulada com uma política industrial cujo horizonte temporal se estenda pelo menos sobre uma geração de brasileiros. Para que uma política industrial possa ser efetivamente formulada e seguida na conformidade dos nossos interesses, o País deve ressalvar inequivocamente para a sua área de decisão exclusiva alguns pressupostos mínimos de tal política, como:

a) a faculdade de reservar o mercado interno para setores industriais nacionais emergentes;

b) o monopólio estatal sobre setores com significado estratégico para a economia;

c) o direito de dominar a tecnologia nuclear no seu ciclo completo, ainda que se comprometendo a utilizá-la para fins pacíficos;

d) a propriedade estatal do subsolo brasileiro. De um modo geral, é preciso afirmar a primazia do interesse nacional sobre as nossas riquezas naturais, o nosso comércio exterior, e o nosso mercado interno. É preciso formular com clareza uma política industrial para aproveitar o espaço assim aberto na produção de prosperidade para os brasileiros.

Sugestão: adotar uma política industrial, científica e tecnológica, com poder normativo sobre as políticas setoriais. Criar um Conselho de Desenvolvimento Industrial, Científico e Tecnológico, ao nível da Presidência da República, que o articulará com os Conselhos de Desenvolvimento Econômico e de Desenvolvimento Social. Preservar as conquistas nacionalistas do passado e estendê-las em conformidade com as exigências do interesse nacional.

Ponto 2 — Tanto a política científica e tecnológica, como a política industrial que lhe dá conseqüência, devem levar em conta a necessidade de preservar o bem-estar desta e das futuras gerações de brasileiros. Assim, os impactos dos projetos tecnológicos e industriais sobre o emprego devem ser avaliados em cada caso, sendo sempre privilegiado o emprego da inteligência nacional. No caso de projetos que substituam tecnologias desempregando pessoas cujo treinamento profissional se torne obsoleto, os trabalhadores atingidos deverão ser protegidos com indenizações, treinamento remunerado ou aposentadoria precoce, conforme sua idade e inclinação.

É necessário também que os projetos preservem o meio ambiente, e que o Estado patrocine projetos de restauração ambiental, principalmente no que diz respeito à água e ao ar, devendo o custo desses projetos onerar sobretudo os responsáveis pela poluição.

De modo geral, a utilização da Ciência e da Tecnolgia tem que servir ao objetivo maior de melhorar a qualidade de vida em todos os seus aspectos: trabalho, saúde, lazer, satisfação pessoal.

Sugestão: assegurar a gestão democrática e bem informada da política científica e tecnológica, mediante a sua discussão pública em todos os foros (imprensa, escola, parlamentos etc), com a participação de todas as classes sociais e da comunidade científica.

O seminário da Unicamp

Dívida, os sindicalistas dizem 'não'

A Unicamp sediou, de 18 a 21 de maio último, a importante Conferência Sindical Latino-Americana e Caribenha sobre a Dívida Externa. Ao final do encontro, momentos antes da sessão que prepararia as resoluções finais, o ***Jornal da Unicamp*** *reuniu para um depoimento as lideranças das quatro organizações promotoras: Jair Meneguelli, da Central Única dos Trabalhadores (CUT-Brasil); Joaquim dos Santos Andrade, da Central Geral dos Trabalhadores (CGT-Brasil); Alberto Echazú, da Central Obrera Boliviana (COB-Bolívia); e José D'Elia, do Plenário Intersindical de Trabalhadores da Convenção Nacional dos Trabalhadores (PIT/CNT do Uruguai).*

Jornal da Unicamp — A que conclusões levou esta primeira Conferência?

Meneguelli — A partir dos pronunciamentos de todos os dirigentes sindicais nesta conferência, constatamos mais uma vez as dificuldades impostas aos nossos povos em função do pagamento da dívida externa. Estamos em busca de um plano de lutas com um calendário estabelecido onde efetivamente possamos mostrar aos nossos governos e aos nossos credores que os trabalhadores da América Latina e do Caribe não estão mais dispostos a serem submetidos à fome, à miséria e ao desemprego em função do pagamento de uma dívida que é, entre outras coisas, absolutamente ilegítima. O marco dessa luta será o dia 23 de outubro, o dia latino-americano e caribenho contra a dívida externa.

D'Elia — Assim como os brasileiros e bolivianos, o povo uruguaio está consciente de que a dívida externa está comprometendo a soberania de nosso país. É necessário que estabeleçamos acordos concretos para aprofundar e estender esta luta em todos os âmbitos. Realizar encontros como este, com o compromisso permanente de que na luta diária seja discutido o problema da dívida externa. O salário, o desemprego, a segurança social e os serviços sociais são hoje caudatários do problema da dívida. A fiança de nossa democracia será dada na medida em que possamos enfrentar a política fundomonetarista na América Latina e nos países do Caribe.

"a dívida já foi paga com juros, amortizações e fugas de capital"
Meneguelli

Jornal da Unicamp — Sugere-se agora a realização de uma conferência internacional dos países do Terceiro Mundo em 88. Os sindicalistas fariam na prática o que os governos das nações endividadas hesitam em fazer. O que tornaria esses governos impotentes ou inapetentes para essa aproximação entre si? Que interesses estariam bloqueando essa aproximação?

Joaquinzão — Os maiores obstáculos para a aproximação dos governos está evidentemente na transparência das diferenças de colorido, de conteúdo e de propostas e propósitos de cada um. Temos assistido a negociações isoladas que levam sempre um caráter eminentemente monetarista e que têm conduzido esses países à bancarrota. Negocia-se, mas impera a receita e as imposições do Fundo Monetário Internacional e dos representantes dos credores dos bancos internacionais. Está faltando também uma unidade sindical a nível latino-americano e caribenho, unidade esta que tem início exatamente nesta Conferência. A partir dela os movimentos sindicais de cada um desses países pressionarão seus governos, mobilizarão a sociedade — não apenas os trabalhadores que eles representam mas a sociedade como um todo — no sentido de que a Nação discuta mais o problema da dívida externa. Se pegarmos, por exemplo, o caso brasileiro, verificamos que a dívida externa brasileira não tem nenhuma transparência.

Até mesmo aqueles que têm mais acesso aos veículos de comunicação, os que podem transitar mais amiúde nos corredores do Congresso Nacional, mesmo esses desconhecem o tamanho da dívida, as formas através das quais elas foram contraídas. Da mesma forma desconhecem a postura do governo brasileiro. Não se sabe efetivamente se o governo brasileiro rompeu com o Fundo Monetário Internacional, se a moratória foi exigida pelo Brasil, se o Brasil resgatou sua soberania e a liberdade de encaminhar internamente sua economia e de estabelecer seus próprios planos de metas sociais. A dívida social que o governo brasileiro tem com a sociedade é muito grande.

Está acumulada há duas ou três décadas. Entendemos que esta conferência foi um marco inicial para a unificação do movimento sindical, respeitadas as características e as peculiaridades de cada país. Nesse contexto, o Brasil representa um papel muito importante. O Brasil poderá ter um papel de liderança continental e transcontinental a partir do momento que romper com o FMI e suspender o pagamento da dívida externa. A partir do momento em que o Brasil tomar essa posição, tenho certeza de que o Uruguai, a Argentina, o México, a Colômbia, a Venezuela, enfim os demais países da América Latina se unificarão também em torno dessa visão.

Echazú — Nós bolivianos acreditamos que este evento é um passo à frente em relação a todos os outros anteriormente realizados. Nossa ambição é ainda maior. Estamos convencidos de que o movimento sindical deve ser o eixo articulador para mobilizar as energias de nossos povos. O problema da dívida prejudica não somente o movimento sindical, mas também os setores médios da população. Estamos convencidos que o problema da dívida atinge a América Latina com maior força, sem dúvida, mas está também fazendo grandes estragos na Ásia e África. Acreditamos que um movimento coordenado na América Latina poderá se estender a todo o mundo e inclusive influenciar a opinião pública e o movimento sindical dos países credores. Nosso movimento é de caráter mundial. A dívida externa é, neste momento, o instrumento máximo mais importante de exploração imperialista. A posição que adotaremos aqui deverá enriquecer as formas de luta e a pressão política e social não somente junto aos credores, mas também aos governos. Estamos convencidos, finalmente, da justeza de nossas reivindicações. Nossos povos devem se convencer de que o não pagamento da dívida significa desconhecê-la por sua ilegalidade, sua ilegitimidade. Os povos não contraíram essa dívida. Por outro lado, a dívida em muitos casos, já foi cancelada, tanto em juros e amortizações, como em fuga de capital nos termos de intercâmbio, em condições leoninas e nas variáveis econômicas. Esta dívida já foi paga! Por isso é que nossa proposta deve ser compreendida pelos demais povos. Só assim, com essa energia, com essa decisão soberana — mas também unânime —, podemos fazer retroceder as aspirações do FMI, dos países credores — no caso, do Clube de Paris. O fato de que nossos governos não possam constituir um clube de devedores mostra que as classes dominantes de nossos países estão submetidas aos ditames dos credores que estabeleceram a renegociação individual de cada país devedor. Isso prova que eles não estão dispostos a romper com este ciclo de dependência que nos estrangula cada dia mais.

O encontro promovido pelas centrais brasileiras trouxeram à Unicamp sindicalistas de todo o Continente.

"em nossa opinião, a dívida externa é, entre outras coisas, ilegítima"
Echazú

J.U. — Em recente entrevista concedida ao "Jornal da Unicamp", Luís Carlos Prestes destacou a importância histórica que significa a existência das duas grandes centrais sindicais brasileiras, mas ressalvou que essa divisão é um dos principais obstáculos ao avanço da classe operária no Brasil. Seria utopia sonhar com a união, em algum momento futuro, de todos os trabalhadores numa central única?

Meneguelli — A existência de duas centrais não significa uma impossibilidade no avanço da luta da classe trabalhadora. Talvez, no futuro bem próximo, voltemos a discutir a unificação orgânica do movimento sindical. Neste momento, essa é uma questão secundária. Precisamos agora nos empenhar — tanto a CUT como a CGT — para superarmos nossas divergências e conseguirmos a unidade de ação em nossas bandeiras comuns. E isso já temos demonstrado. No dia 12 de dezembro último, realizamos uma das maiores greves que este país já viu com a participação de aproximadamente 20 milhões de trabalhadores. Trabalhamos juntos sem divergência. Fomos juntos para a rua, para as portas de fábrica e para a televisão. Convocamos os trabalhadores para participar dessa greve em função de uma medida arbitrária do governo que acabou nos unindo naquele momento. Hoje estamos outra vez unidos numa questão que é fundamental para toda a América Latina: a dívida externa. Tenho esperança de que nos próximos congressos da CUT e da CGT já haverá clima para pensarmos até mesmo na fusão das entidades. Se isso ainda não for possível, vamos continuar trabalhando para que haja pelo menos unidade prática, uma ação comum em torno das propostas que são consensuais.

Joaquinzão — A história da divisão do movimento sindical brasileiro — se é que a existência de duas centrais pode ser entendida como uma divisão — tem origem na convocação de um congresso nacional das classes trabalhadoras. Estiveram nesse congresso todas as vertentes, todas as tendências que militam no movimento sindical brasileiro. Tem razão o amigo Meneguelli quando diz que a divisão está mais na cúpula do que na base.

"no Uruguai, a dívida saltou de 700 milhões para 5 bilhões de dólares"
D'Elia

J.U. — É sabido que o agigantamento da dívida se deu basicamente pela elevação dos níveis dos juros. Contesta-se freqüentemente a incapacidade de se pagá-los, mas questiona-se pouco a própria legitimidade da dívida. Que se poderia esclarecer a respeito?

Echazú — Vimos neste encontro como a própria consciência dos trabalhadores tem se desenvolvido. A dívida boliviana é um pouco diferente das outras, da brasileira por exemplo, que tem um componente com os bancos privados muito elevado e, portanto, taxas de juros variáveis. Vemos que a ilegitimidade e a ilegalidade têm dois componentes: a ilegitimidade baseia-se na confecção da dívida, na maior parte dos casos por governos ilegítimos que não consultaram seus povos. A população desses países não sabia desses créditos. Em muitos casos, os créditos serviram inclusive para a repressão ao povo. Na Bolívia temos casos de créditos volumosos que foram usados exclusivamente para reprimir o povo boliviano, para sustentar regimes ditatoriais antidemocráticos. Essa foi a função política do empréstimo. Esses empréstimos comprometem os credores que sustentaram esses regimes. Os contratos são ilegais, porque as condições foram elaboradas unilateralmente pelo credor. Isto se refere tanto aos regimes ditatoriais quanto aos democráticos. Se temos uma dívida, ela deve ser paga. Mas acontece que essa dívida já foi paga. O que se está cobrando deveria ser feito aos que a contraíram.

D'Elia — Rejeitamos o pagamento da dívida porque consideramos vários aspectos: primeiro, carece de transparência; segundo, porque quando o governo militar assumiu o governo, havia uma dívida externa de 700 milhões de dólares e, quando saiu, essa dívida havia saltado para 5 bilhões. O mais grave é que não havia clareza absoluta do destino dessa dívida que se contraiu. Além do que, como nos demais casos, há uma imposição unilateral dos termos em que se realizou a dívida. O país não conhece os acordos feitos com o FMI, embora os trabalhadores padeçam em conseqüência deles.

"tenho a esperança de que CUT e CGT poderão ser uma só, em breve"
Joaquinzão

J.U. — Sabe-se que pelo menos 70% da dívida foram contraídos em função da construção de grandes obras, especialmente nos anos 70. O que se poderia dizer da série de grandes projetos que tomou conta da chamada Nova República?

Joaquinzão — Com relação aos empréstimos contraídos pelo Brasil durante esse longo período, de 64 até 83, 84, alguns tiveram aplicações indevidas. Obras faraônicas. Algumas das quais até hoje não nos foi dito por que foram realizadas. É o caso da Transamazônica e outras mais. Eram projetos de difícil e longo retorno quando havia possibilidade de termos projetos de mais curto retorno e mais viáveis. Temos hoje um exemplo, a Ferrovia do Aço. Agora enfrenta-se novamente outra dessas obras faraônicas, que deve andar por volta de 2,5 bilhões de dólares. É a Ferrovia Norte-Sul, projetada num momento em que a sociedade brasileira não tem estudo, não tem casa, não tem garantia e nem esperança. Não sei se esperança a gente compra com dólar.

Meneguelli — Constantemente me pergunto por que é que falamos em nosso país de Nova República. Quando reflito sobre isso, fico pensando qual é exatamente a diferença entre a Nova e a Velha República. Se a impunidade e a corrupção ainda imperam, se as arbitrariedades também... O salário mínimo ainda é um dos mais baixos do mundo.Outra vez,um grupo de mandantes domina e determina o que é importante ou não para este país. Veja a questão da dívida. Hoje se diz que houve uma suspensão da dívida externa brasileira, uma moratória. Sabemos, na verdade, que não houve absolutamente nada sem que os banqueiros internacionais estivessem sabendo. Em função da manutenção da Aliança Democrática, tivemos que engolir nas eleições passadas um tal de Plano Cruzado onde muita gente foi fiscal do Sarney. Queimamos todas as nossas reservas cambiais importando produtos de primeira necessidade, porque o governo não conseguia impedir que os empresários, que os latifundiários, que os banqueiros boicotassem esse plano. Mas havia um objetivo político para as eleições de 15 de novembro. Tínhamos um superávit na balança comercial de cerca de 1 bilhão mensal e conseguimos baixá-lo para 200 milhões mensais. Essa realidade fez com que fôssemos obrigados a conversar, inferiorizados, com os banqueiros internacionais. Decididamente, não é isso o que queremos. De 1970 a 1986 já pagamos 156 bilhões de dólares entre juros e amortizações para uma dívida que permanece em 111 bilhões de dólares. A dívida externa brasileira é como a casa do BNH, com entrada e sem saída. Nunca mais a pagaremos, a não ser que nos levemos a um estado absoluto de miséria. Será a única forma de saldarmos esse compromisso com os banqueiros internacionais.

Vestibular busca dimensão nacional

Apenas 16,4% dos alunos de graduação da Unicamp são procedentes de outros Estados. Esse quadro deverá ser mudado a partir do próximo ano. É que a Universidade vai instalar, em setembro, postos de inscrição para o seu vestibular nas principais capitais brasileiras. O objetivo, segundo o reitor Paulo Renato Costa Souza, é dar à graduação da Unicamp uma dimensão nacional, o que já acontece no campo da pesquisa e da pós-graduação. Mas a Unicamp pretende mais: já a partir do próximo ano a instituição se abrirá também para aqueles candidatos que buscam vagas nas demais universidades estaduais, já que a Comissão Permanente para os Vestibulares definiu que as provas serão realizadas em dias diferentes da Fuvest.

O vestibular 88 da Unicamp será realizado basicamente nos mesmos moldes do anterior. "As mudanças introduzidas são bastante discretas", assinala o secretário-executivo da comissão, prof. Jocimar Archangelo, "mas o grau de orientação prévia será maior". Segundo ele, através de contatos realizados com professores de escolas de segundo grau, e depois de estudos feitos na Unicamp, chegou-se à conclusão de que o manual de inscrição deve conter informações ainda mais detalhadas sobre as provas.

No manual do vestibular-88, por exemplo, constarão os critérios de avaliação e correção da prova de redação, que mais uma vez substituirá, na primeira fase, os testes de múltipla escolha. O candidato será esclarecido, através de tópicos, sobre as formas de adequação ao tema proposto, sobre o manejo dos textos fornecidos para desenvolvimento do tema e, finalmente, sobre alguns critérios de julgamento como coerência e coesão da redação.

Com respeito à prova de Literatura, a bibliografia que figurava no manual anterior, a título de sugestão, aparece agora como "exigência". Ficou patente, no vestibular deste ano, que a maioria dos alunos não leu os livros sugeridos. Ilustrando essa constatação, Archangelo recorda, por exemplo, que na questão referente ao romance "A Moreninha", de Joaquim Manoel Macedo, 61% dos alunos tiraram zero e somente 2,7% atingiram a nota máxima (5). Na questão sobre "Macunaíma", 44% dos candidatos "zeraram" e apenas 1,2% alcançaram nota 5. "No próximo manual de informações o aluno terá consciência de que não terá sucesso se não tiver lido a obra", assinala Archangelo.

Locais de inscrições

Além de São Paulo, os candidatos poderão se inscrever para o vestibular da Unicamp em Porto Alegre, Curitiba, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Salvador e Recife. No interior, além das sete cidades que atuaram como postos de inscrição nesse ano (São José do Rio Preto, Araçatuba, Bauru, Piracicaba, Presidente Prudente, São José dos Campos e Ribeirão Preto), mais duas outras serão incluídas: Santo André e Santos. Abrangendo todos esses municípios e capitais, a Unicamp espera triplicar o número de candidatos registrado no vestibular anterior, atingindo, no mínimo, 40 mil inscritos.

A Comissão Permanente para os Vestibulares definiu as seguintes datas para o Vestibular-88: dias 12 e 13 de setembro, inscrições em São Paulo e Interior; dias 9, 10 e 11 de setembro, nas demais capitais. A primeira fase será realizada dia 29 de novembro. As provas da segunda fase acontecerão nos dias 17, 18, 19 e 20 de janeiro.

Da Universidade para o setor produtivo

Cotuca

O Colégio Técnico da Unicamp (Cotuca) já faz parte da tradição da cidade de Campinas. Oferecendo cursos técnicos profissionalizantes desde dezembro de 1967, quando começou a funcionar, o Cotuca, hoje com 1.133 alunos matriculados em seus cursos de 2.° grau, acaba de fazer 20 anos. Antes mesmo de receberem seu certificado de conclusão, esses alunos já estarão empregados: o mercado de trabalho conhece a sua habilitação.

Não é por acaso que, a cada ano, aumenta a procura pelo vestibulinho do Cotuca, realizado normalmente na segunda quinzena de dezembro. Para atender à demanda crescente, o reitor Paulo Renato Costa Souza determinou a ampliação do número de vagas para os cursos de Processamento de Dados e de Enfermagem, os mais procurados. A partir de 1988, o curso de Eletrotécnica será transformado em Eletromecânica, abrindo assim o leque de formação do profissional da área.

Os cursos

Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem, Processamento de Dados, Técnica de Alimentos, Mecânica e Eletrotécnica são os seis cursos atualmente ministrados no Cotuca. Os cursos freqüentados durante o dia têm a duração de três anos e os noturnos de quatro. Todos esses em nível de 2.° grau. A única exceção é o curso de Auxiliar de Enfermagem, cuja duração é de apenas um ano.

Além de seus próprios laboratórios, o Cotuca mantém convênios com laboratórios de outras instituições como o Senai e o Centro de Tecnologia da Unicamp, para o atendimento aos alunos de Mecânica. Uma biblioteca com 3.764 títulos e 14 assinaturas de revistas das diferentes áreas dos cursos ajudam na formação dos alunos. O matemático Maurilio do Carmo Silva, diretor do Cotuca, coordena o corpo docente formado por 86 professores e uma equipe técnico-administrativa composta de 47 funcionários. "Além da formação técnica queremos também oferecer aos alunos uma sólida base de educação geral", observa Maurilio.

Maurilio, o diretor: "Além da técnica, uma sólida formação geral".

A sede do Cotuca, no centro de Campinas, já faz parte da tradição da cidade

Para complementar a profissionalização dos alunos, são cumpridas ainda 720 horas de estágio em diferentes empresas da região. No momento, 54 organizações vêm oferecendo estágio aos alunos do Cotuca, entre elas o Instituto Agronômico, a IBM, a Singer do Brasil, o Instituto Técnico da Aeronáutica, de São José dos Campos, a Krupp Metalúrgica, de Campo Limpo, a Cati, a Volkswagen do Brasil, a Prológica, o DER, a Elebra, a Texas Instrumentos Eletrônicos e o Hospital das Clínicas da Unicamp.

O Prédio onde funciona o Cotuca, na Rua Culto à Ciência, bem no coração de Campinas, foi recentemente tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Científico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat). O mesmo prédio, no passado, abrigou o tradicional colégio Bento Quirino. São 6.850m2 de terreno. Além do prédio principal, recentemente restaurado, foram construídos, ao longo do tempo, os galpões onde hoje funcionam os laboratórios dos cursos de Alimentos, Eletrotécnica, Mecânica, Enfermagem e Processamento de Dados.

Em fase de implantação, encontra-se o Laboratório de Geografia.

Mercado aquecido

O mercado para os profissionais formados no Cotuca continua aquecido. Até o mês de abril, a faixa salarial variava entre Cz$ 3 mil e Cz$ 12 mil. O menor salário ficava por conta do auxiliar de enfermagem, cujo curso não tem equivalência com o segundo grau. Para os cursos de Mecânica e Eletrotécnica a oferta variava de Cz$ 6 a Cz$ 8 mil. O curso de Processamento de Dados, dos mais procurados pelo mercado, pagava na época, em média, Cz$ 10 mil, e o de Técnico de Alimentos apresentava a melhor oferta, Cz$ 12 mil.

Não é de estranhar, portanto, a grande procura do vestibulinho de 1987. As 40 vagas oferecidas para cada curso foram disputadas por 2.065 candidatos, assim distribuídos: 687 para o curso de Processamento de Dados, 300 para o de Alimentos, 290 para o de Mecânica noturno, 233 para o de Eletrotécnica noturno, 208 para o de Eletrotécnica diurno, 135 para o de Mecânica diurno, 66 para o de Enfermagem, 62 para o de Eletrotécnica supletivo (feito em menor tempo para os que já têm curso colegial completo) e 32 para o de Mecânica supletivo (também para os que já têm colegial concluído e que cumprem apenas as disciplinas profissionalizantes).

Os alunos do Cotuca são oriundos de várias cidades da região de Campinas. Pesquisa recentemente realizada mostrou que dos 12.028 alunos que passaram por lá no período de 1967 a 1986, 8.513 vieram de colégios de Campinas e 3.515 da região — Indaiatuba, Valinhos, Vinhedo, Sumaré, Paulínia e Monte Mor. A pesquisa demonstrou também que a grande maioria dos alunos que ingressa no Cotuca vem de colégios estaduais. Dos 8.513 alunos de Campinas, 3,92% são da rede municipal, 20,81% da rede particular e 75,26% da rede estadual. O mesmo fenômeno se repete nos alunos provenientes da região. Os dados mostram que 1,59% são da rede municipal, 13,17% da rede particular e 85,23% da rede estadual.

Galvão Ramos é o novo diretor da Física

Designado pelo reitor Paulo Renato depois de vencer eleições prévias junto à comunidade de professores, alunos e funcionários, o prof. José Galvão de Pisapia Ramos é, desde o início de maio, o novo diretor do Instituto de Física "Gleb Wataghin". Os números foram expressivos: além de ter obtido maioria ampla no sufrágio geral, obteve-a também na Congregação da Unidade: 31 dos 35 votos disponíveis.

Bacharel em Física pela USP desde 1963, Galvão chegou a Campinas em 71, um ano após ter obtido o doutoramento pela mesma Universidade.

Teórico em propriedades óticas de semicondutores, pesquisa que realizou juntamente com outros teóricos, os professores Roberto Luzzi e Rogério Cézar de Cerqueira Leite, o professor Galvão passou o período de 74 a 76 como cientista visitante no MIT, nos EUA. Atualmente desenvolve pesquisas com "ligação química e mecânica estatística fora do equilíbrio".

Recursos Humanos

A responsabilidade de Galvão à frente do Instituto de Física não é pequena. Desde que surgiu, em 1967, a Unidade tem sido responsável pelo desenvolvimento de grandes linhas de pesquisas e até mesmo pela definição de importantes políticas tecnológicas. Nacional e internacionalmente, seu conceito é o que nasceu do projeto idealizado por Cerqueira Leite, Sérgio Porto e José Ellis Ripper Filho. "É preciso não esquecer também", diz Galvão, "os trabalhos de Cesar Lattes, justamente quando se está prestes a comemorar o 40.° aniversário científico da partícula Méson, de cuja descoberta Lattes participou, na Inglaterra, em 1947".

Episódios como esses, de caráter qualitativo, mostram, segundo Galvão, que a preocupação principal deve ser com a formação constante de recursos humanos na área de física. E a pesquisa, afirma, está condicionada a essa qualificação. Quanto melhor for a formação, maior será a possibilidade de se chegar a grandes pesquisadores. Essa preocupação alcança todos os níveis, a começar pela graduação. A comunidade, de acordo com a plataforma de trabalho de Galvão, será chamada a discutir a situação atual, visando o seu aperfeiçoamento.

Galvão: uma das metas é o reequipamento.

Dos 140 professores do Instituto, 120 são doutores, média considerada excelente em qualquer parte do mundo. O intercâmbio com outros centros é permanente e significativo: cerca de 20% do corpo de pesquisadores da Unidade estão fazendo estágio ou cursos de pós-doutorado no exterior.

Se o nível de produção de uma instituição é medido pelo volume de trabalhos científicos nela produzidos, o Instituto de Física reafirma também aqui sua posição privilegiada: de 1969 a 86 foram publicados mais de 1.500 trabalhos em revistas especializadas. O Instituto de Física, desde sua criação é responsável pelo desenvolvimento e defesa de 288 teses de mestrado e outras 111 de doutoramento. Com um detalhe a mais: em todas essas avaliações, sempre houve um examinador de fora da Unicamp ou mesmo do País.

A meta é dar continuidade e ampliar os 90 projetos e as 28 grandes linhas de pesquisas existentes. Há um pedido junto à Finep para a obtenção de uma verba de 40 milhões de cruzados só para reequipamento (os atuais instrumentos datam ainda da criação do IFGW), o que permitiria o início dessa implementação. "A ciência evolui a uma velocidade muito grande", lembra Galvão, "e só com novos investimentos poderemos nos manter na vanguarda de setores que, até agora, dominamos tão bem".

A história que os livros não contam

Contar a história que os livros não contam: este é o principal objetivo do projeto "Brasil: Memória Política", promovido pela Unicamp e que trouxe a Campinas personalidades do cenário político ou cultural que atuaram como protagonistas da história política brasileira dos últimos 25 anos. Os depoimentos, que foram gravados e assistidos por numeroso público, vão se transformar futuramente em livro.

A idéia do curso foi principalmente proporcionar à juventude universitária a oportunidade de discutir com os próprios agentes da história contemporânea alguns momentos que marcaram a atualidade brasileira. Assim, participaram da série de debates importantes e polêmicos nomes do cenário nacional, como Leonel Brizola, Mário Covas, Luis Inácio Lula da Silva, Fernando Henrique Cardoso, o capitão Sérgio "Macaco" Miranda, Fernando Gabeira e Almino Afonso.

"Em geral essas personalidades, embora se manifestem diariamente sobre assuntos do momento, jamais são ouvidos o bastante sobre temas do passado recente", afirma o reitor Paulo Renato Costa Souza. "Sabíamos, por exemplo, que o vice-governador de São Paulo, Almino Afonso, vem reunindo ao longo dos últimos anos vasto material sobre o período que passou no exílio. O curso trouxe a oportunidade de expor os fatos até então concentrados em arquivos particulares".

Para o idealizador e coordenador do projeto, jornalista Paulo Markun, não se exigiu que o projeto, bem como o futuro livro que nascerá desses debates, esgotassem o assunto ou fossem garantia de que sensacionais revelações viessem à luz. "Por outro lado", disse, "esse trabalho cumpriu o papel de divulgação, porque a maioria dos jovens brasileiros não viveu esses momentos".

Gabeira entre Paulo Markun e Carlos Vogt: personagem da história contemporânea.

Os protagonistas

Ao promover esta série de debates, a Unicamp cumpriu seu papel como deflagradora de idéias e de questões atuais normalmente colocadas fora do alcance do público em geral. Para o reitor Paulo Renato, a realização do evento permitiu que se levantassem idéias inclusive para os constituintes que, no momento, traçam os novos destinos da Nação.

Coube ao capitão Sérgio Macaco de Miranda abrir, no dia 18 de maio, a série de debates no teatro do Centro de Convivência. Ele foi o principal personagem do Caso Parasar, grupo de elite de pára-quedistas que, em 1968, entrou para a história ao recusar-se a executar um plano sangrento que visava eliminar os principais bolsões comunistas do País. A guerrilha urbana foi o tema debatido pelo escritor e jornalista Fernando Gabeira, que participou, entre outros episódios, do sequestro do embaixador americano Charles Burke Elbrick, realizado pela Aliança Libertadora Nacional.

O novo sindicalismo, surgido na metade dos anos 70, foi o tema do deputado federal (PT), Luís Inácio Lula da Silva, presidente nacional do Partido dos Trabalhadores e o grande articulador das principais greves dos metalúrgicos do ABC, na condição de presidente do sindicato da categoria. Ao líder do PMDB na Constituinte, deputado Mário Covas, coube o tema do AI-5 e suas principais repercussões. Leonel Brizola, ex-governador do Rio de Janeiro (PDT), fez uma análise do movimento de 64, contra o qual foi um combatente de primeira hora.

Tema semelhante, mas com enfoque certamente peculiar, foi tratado pelo vice-governador de São Paulo Almino Afonso, que era líder do governo por ocasião do golpe de 1964. O projeto encerrou-se com um debate presidido pelo senador Fernando Henrique Cardoso, com a participação dos cientistas políticos Paulo Sérgio Pinheiro e Francisco Weffort, e do jornalista Cláudio Abramo. Em síntese, o debate foi uma análise dos movimentos que compuseram o período de ditadura militar.

França escolhe Unicamp para sediar CDMC

A Unicamp é a primeira instituição brasileira escolhida pelo governo francês para abrigar uma filial do Centro de Documentação de Música Contemporânea (CDMC), cuja matriz está sediada na cidade de Neuilly, França.

Criado há dez anos, o CDMC tem um acervo de aproximadamente duas mil obras — gravadas e editadas — de música erudita contemporânea, que hoje está avaliado em 800 mil francos. Todas as obras deverão estar à disposição dos brasileiros já no início do próximo ano. O Brasil é o terceiro país a contar com uma filial do Centro. O primeiro deles foi instalado em Tóquio, no Japão, e o segundo em Bremmen, na Alemanha Ocidental.

Segundo José Augusto Mannis, emissário do governo francês para o caso, a instalação do CDMC no Brasil permitirá reduzir, de maneira substancial, a defasagem de aproximadamente dez anos entre o que está sendo produzido no exterior e o que chega ao Brasil. Essa possibilidade representa por si só "um inestimável ganho cultural para o setor musical", observa Mannis.

Fácil acesso

As negociações para a implantação de uma filial do CDMC no Brasil começaram em 85. Várias instituições se interessaram em sediar o Centro. Entre elas a USP, a UnB, a Secretaria de Cultura de São Paulo, a Fundação César Bastos, de Goiás e outras entidades culturais do Rio de Janeiro. A Unicamp foi, não obstante, a instituição que efetivamente deu continuidade ao processo, sendo no final a escolhida pela Comissão Interministerial do Projeto Brasil-França.

Num acervo raro, a obra completa de Villa-Lobos

Três caixas de 40 cm de altura. Dentro delas, um conteúdo raro: 20 mil páginas contendo toda a obra do compositor Heitor Villa-Lobos, que em março, se estivesse vivo, completaria 100 anos.

O material, que se encontrava em bibliotecas de Paris e no próprio Museu Villa-Lobos, no Rio, foi doado à Unicamp pela Xerox do Brasil S/A. As negociações foram feitas entre o coordenador e produtor executivo da Gravadora da Unicamp, José Eduardo Ribeiro de Paiva, e o violonista Turíbio Santos, também coordenador do Museu. Foi quase um ano de intensos contatos. Segundo Paiva, "era uma oportunidade que a Universidade não poderia perder, dada a importância do acervo e sua raridade".

Sinfônica ensaia

Com isso, a Unicamp se transformaria na primeira universidade a ter em seus acervos a obra completa daquele que é considerado o maior compositor brasileiro contemporâneo. Entretanto, reunir todo esse material não foi tarefa fácil, de acordo com Paiva. Isso em decorrência do grande volume de obras, rascunhos e manuscritos deixados pelo compositor — editadas na França, Israel, Estados Unidos e Brasil. Definidas as entidades que teriam posse da obra, Turíbio Santos entregou à Xerox os originais da obra completa para que providenciasse as cópias que seriam entregues à Unicamp, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e Museu Villa-Lobos.

Devidamente condicionadas na Biblioteca Central da Unicamp, essas cópias estão à disposição do público em geral, principalmente pesquisadores, alunos de música e instrumentistas. Paiva acredita que, graças a esse material compilado e organizado, "Villa-Lobos será, daqui por diante, muito mais difundido e tocado. Além disso sua produção musical será mais bem conhecida, uma vez que nesse material se encontram inclusive manuscritos através dos quais se poderá descobrir muito da técnica, do modo de trabalho do artista".

O acervo de partituras, agora ao alcance do público

O acervo do CDMC em Neuilly é composto de músicas "eruditas" contemporâneas editadas na França por compositores de várias partes do mundo, incluindo os Estados Unidos, Itália, Inglaterra, Marrocos, Grécia, Japão e Brasil. As obras estão catalogadas de forma informatizada, o que facilita o acesso do usuário ao sistema. Os funcionários do Centro realizam um trabalho bastante meticuloso. O acervo é constituído de várias fontes de informação, como a fita cassete (para gravação da obra), partituras e uma ficha técnica onde é relatado o histórico das obras, recortes de jornais e revistas, material eletroacústico utilizado na gravação, entre outras informações de interesse para o pesquisador do assunto.

O Centro de Documentação de Música Contemporânea a ser instalado na Unicamp pretende documentar, adicionalmente, obras contemporâneas de compositores eruditos brasileiros, o que possibilita maior divulgação da área. Alunos de música, compositores e pesquisadores que queiram entrar em contato com o que vem sendo produzido em outras partes do mundo ou simplesmente aprimorar seus conhecimentos, assim como intérpretes e todo um vasto público em potencial, poderão usar a filial do CDMC na Unicamp.

À Unicamp caberá basicamente a construção de um prédio para abrigar o acervo em condições ideais para consultas externas, bem como a difusão do material para todo o Brasil, visando intensificar intercâmbios com instituições da área. O Núcleo Interdisciplinar de Comunicação Sonora da Unicamp, coordenado pelo professor e compositor Raul do Valle, será o órgão executor para a instalação do Centro de Documentação de Música Contemporânea.

Adaptada, casa-protótipo chega ao Nordeste

A Unicamp, através do seu Núcleo de Desenvolvimento e Criatividade (Nudecri), começa a exportar para outros Estados um novo tipo de tecnologia: a da construção de casas populares. A primeira delas, de uma série de 150, foi inaugurada no último dia 10 de maio, em Maceió, Estado de Alagoas. Antes, na cidade de São Paulo, 150 outras unidades já estavam sendo levantadas pelos moradores da Vila Grajaú, com base no mesmo protótipo de habitação desenvolvido na Unicamp.

A casa se localiza no bairro de Jacintinho, o de maior densidade demográfica de Maceió, com mais de 150 mil habitantes, e foi custeada com financiamento provindo da ONU (Organização das Nações Unidas), através de convênio firmado com o Ministério de Desenvolvimento Urbano.

À inauguração estiveram presentes o prefeito de Maceió, Djalma Marinho Muniz Falcão, e representantes de governos do Rio Grande do Norte, Sergipe e Bahia — onde também está sendo projetada a construção de casas populares inspiradas no projeto do Nudecri, coordenado pelo arquiteto Juan Villá.

Baixo custo

O prefeito de Maceió, Djalma Falcão, entende que três fatores fundamentais levaram a ONU a se interessar pela construção da "casa da Unicamp" na região do Nordeste: o baixo custo, a possibilidade de se construí-la em mutirões comunitários, e a versatilidade do projeto.

As casas do Jacintinho, projetadas originalmente para 40m² (sala, quarto, cozinha e banheiro), podem no entanto receber mais um ou dois dormitórios, subindo para 50 ou 60m². Aliado a isso, há um outro fator muito importante, na opinião do prefeito Djalma Falcão: o projeto apresenta características que agradaram muito aos nordestinos, como a adaptação de Villá que introduziu uma varanda de frente com espaço suficiente para a inst[...]o de redes. Também no interior da residência foi reservado espaço suficiente para a colocação de armadores de redes, utensílio sem o qual, segundo Falcão, "o nordestino não vive".

Atenção dos governos

Hoje essa casa de 40m² de construção está custando 6 OTNs por metro quadrado, o que significa um custo entre 30 e 40% mais baixo do que qualquer residência do sistema habitacional oficial. A filosofia básica da Unicamp, com o projeto do Nudecri, não é apenas a de levantar casas populares a preços acessíveis à população de baixa renda; sua proposta vai mais longe: primeiro, trata-se de repassar para a população o novo processo tecnológico na construção de residências, não apenas estimulando os esquemas de mutirão, mas também permitindo às prefeituras municipais implementar seus programas sociais e de obras em geral. Segundo, a Unicamp está interessada em fornecer subsídios [...] organização comunitária para a realização ordenada de mutirões.

Mas de que forma isso pode ser feito? O Nudecri trabalha com uma equipe integrada por sete profissionais, sendo dois arquitetos, um sociólogo e quatro instrutores, sob a coordenação do arquiteto Juan Villá. Essa equipe, entre outras atribuições, atua geralmente com grupos de 50 pessoas, sendo 20 (pedreiros e serventes) das prefeituras onde os mutirões são realizados, a exemplo de Jacintinho, e 30 das comunidades.

Para o prefeito Djalma Falcão o projeto da Unicamp, "pelo know-how e tecnologia que transferem, é o que há de melhor na construção de casas populares". Acrescenta que, "dentro da atual conjuntura sócio-político-econômica que o País atravessa, os governos federal, estadual e municipal deveriam encampá-lo e desdobrá-lo. Com isso, acredito que pelo menos em parte seria minimizado o problema habitacional do País".

DE OUTROS CAMPI

"Discurso e Ideologia" em debate na UFRJ — De 14 a 17 de setembro a Faculdade de Letras do Centro de Letras e Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) realizará o I Congresso Internacional da Unidade, que terá como tema central "Discurso e Ideologia". Maiores informações com o prof. Luiz Paulo de Motta Lopes.

Festival Latino-Americano de Arte e Cultura na UnB — O I Festival Latino-Americano de Arte e Cultura será realizado na Universidade de Brasília (UnB), de 13 a 25 de setembro. Durante o festival, shows musicais, oficinas de trabalho e mostras diversas ajudarão a dinamizar o evento.

Congresso de Microbiologia na UFV — O XIV Congresso Brasileiro de Microbiologia ocorrerá de 25 a 28 de julho, na Universidade Federal de Viçosa (UFV). A promoção do evento é da Sociedade Brasileira de Microbiologia (SBM).

Energia, mais uma vez em debate — O 4.° Congresso Brasileiro de Energia discutirá, no Rio de Janeiro, de 17 a 21 de agosto, as perspectivas energéticas do País. A promoção do Congresso é da COPPE/Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Clube de Engenharia. A Secretaria de Tecnologia Industrial, a Finep e o CNPq estão apoiando o evento, que será sediado no Hotel Glória.

Ranicultura na UFV — Uma nova forma de criação intensiva de rãs foi desenvolvida por pesquisadores da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Os ranários permitem a produção de até uma tonelada de carne de rã em 200 metros quadrados de área, num período de 120 a 150 dias.

Curso na UEPG discute alfabetização — No início de abril a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) ministrou um curso sobre "Processo de Aquisição da Leitura e Escrita". O curso, ministrado pela professora Maria Celeste Machado Koch, do Departamento de Métodos e Técnicas da Universidade, teve por objetivo o debate de novas formas de alfabetização.

Pesquisa da Unimep questiona Reforma Agrária — O professor de Economia da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep), Sérgio Pereira Leite, através de um trabalho sobre "Política de Assentamentos no Estado de São Paulo — 1983-1987", questiona e aponta falhas no Plano de Reforma Agrária.

Criatividade na UEL — O Laboratório de Física da Universidade Estadual de Londrina (UEL) vem resolvendo os problemas de material didático com muita criatividade. Para conviver com a ausência de recursos financeiros, e ao mesmo tempo não deixar de lado a formação de pessoal, o jeito foi improvisar. O prof. Clemêncio Teodoro Dotto e os técnicos João de Oliveira, Glauco Costábile Ferrigno e Dair de Andrade desenvolveram "know-how" próprio e produziram materiais a custo pelo menos 100 vezes inferior ao do mercado e com resultados similares. Na área de vidros já produziram um medidor de vácuo e tubos de ionização de gases rarefeitos, entre outros. Na área eletrônica, um faiscador eletrônico para aulas de laboratório, amplificadores e cronômetros. O exemplo vem sendo imitado em diferentes áreas da Universidade.

UFPR firmará convênio com Universidade de Surrey — A Universidade Federal do Paraná (UFPR) deverá firmar um convênio na área de microeletrônica com a Universidade de Surrey, da Inglaterra. O convênio é resultado da visita do pesquisador Peter Hemment, da Universidade inglesa, considerada um dos principais centros de excelência na área de microeletrônica. O prof. Hemment trabalha com implantação de íons, técnica de grande relevância nas pesquisas atuais de microeletrônica.

Funtevê e a Universidade Viva — Registros em vídeo de produções científicas, seminários, aulas, cursos e mesas-redondas das Universidades brasileiras estão sendo reunidos através do projeto "Universidade Viva", lançado recentemente pela Funtevê. O acervo deverá servir de material didático de apoio às instituições do ensino superior, possibilitando ainda a promoção de intercâmbio científico e cultural entre as universidades. O diretor de planejamento da Funtevê, Cyro Soares Kurtz, realizou recentemente uma amostra da produção de vídeo de diferentes universidades brasileiras, para divulgação ampla. O "Encontro de Vídeo" foi no Centro Cândido Mendes, no Rio de Janeiro.

Simpósio de Estatística Aplicada — A Universidade Estadual de Londrina sediará de 29 de junho a 3 de julho o 2.° Simpósio de Estatística Aplicada à Experimentação Agronômica e a 32.ª Reunião Anual da Regional Brasileira da Sociedade Internacional de Biometria.

Abolição

Em seu ensaio, Lilia tirou conclusões do passado que jogam luz sobre os problemas atuais

Um século depois, que tal um exame de consciência?

Um assunto esquecido? A menos de um ano do primeiro centenário da Lei Áurea, um livro aparece para ajudar o brasileiro a refrescar a memória: trata-se do ensaio "Retrato em Branco e Negro", da antropóloga Lilia Katri Moritz Schwarcz. "É uma revisão bem crítica", afirma a autora, "da função do escravo de ontem e do negro de hoje, no Brasil".

Lilia, que é professora do IFCH da Unicamp há três anos, mas "uma paulistana inveterada" (São Paulo fornece o pano de fundo de seu estudo), sentiu o desejo de pesquisar o negro ainda quando fazia graduação em História na USP. "Eu pretendia apresentar minha tese de mestrado baseada principalmente na amostragem de anúncios do comércio de escravos (vendas, compras, fugas etc.)", lembra a autora. "Mas quando comecei a trabalhar vi que o tema da escravidão permeava todo o jornal. Então era preciso conhecer melhor os jornais da época e situá-los, como forma de entender melhor a questão".

Para chegar ao produto final, uma tese de mestrado em Antropologia pela Unicamp, que depois se transformaria em livro — lançado em março pela Companhia das Letras —, Lilia pesquisou pelo menos três anos. Antes de escrever a primeira linha, passou meses inteiros debruçada sobre velhas coleções de periódicos. A primeira constatação a que chegou não é muito animadora: a de que "trabalhar em pesquisa no Brasil é tarefa inglória e difícil". Dos muitos arquivos em que pesquisou, poucos eram os que reuniam coleções completas ou a salvo das marcas do tempo ou da ação do pó. Não raro, quando estava chegando à conclusão de um assunto, notava que faltava justamente o jornal que lhe permitiria terminá-lo.

Lilia deteve-se principalmente no exame de três periódicos paulistanos que circularam no período de 1870 a 1900: "A Província de São Paulo" (atual "O Estado de S. Paulo"), "Correio Paulistano" e "Redenção". Por trás de cada um havia uma ideologia, um modo distinto de encarar o escravismo. O "Correio", por exemplo, um intransigente defensor da escravidão até 1880, mudaria de opinião a partir daí, pressionado por influentes setores da sociedade. Tanto que em 1886 já via o problema de maneira muito diferente, apoiando abertamente a libertação dos escravos. "A Província", criado em 1875, representava a opinião do Partido Republicano Paulista (PRP), a quem pertencia. Por fim, como diz o seu próprio nome, "Redenção" representava uma autêntica ponta de lança na luta pela abolição.

Dentro desse contexto, Lilia tirou suas conclusões. "Os anúncios", afirma, "geralmente se referiam ao universo da representação da escravatura. Ele falava em nome de seus interesses ao veicular a fuga de um escravo". Normalmente tratados como bens de consumo, os escravos freqüentavam com assiduidade as páginas dos jornais. Estavam nos editoriais, nos classificados, no noticiário geral e até nas seções pitorescas, quando se tratava de descrever suas festas. Reconhecia-se com isso o seu valor de consumo (raramente o valor cultural ou humano), pois quando um escravo desaparecia, o que se comentava era a situação difícil em que seu dono havia sido deixado.

Um bom escravo chegava a valer fortunas. Seu custo subiu ainda mais depois que, em 1850, se proibiu o tráfico negreiro para o Brasil. Só eram comercializados escravos aqui já estabelecidos. Um escravo na idade de 12 anos, apto para o trabalho rural, chegava a valer até 2.300 réis, ou seja, o equivalente a uma casa na cidade.

Compreende-se, por aí, o tom dramático das notícias e anúncios que relatavam fugas. Forneciam-se os mínimos detalhes acerca do escravo "fujão", justamente para facilitar a captura. Informava-se, por exemplo, se o escravo tinha bons dentes ou se faltavam alguns, se tinha olhos grandes ou se era vesgo, se fumava ou se era viciado em bebida. Havia cativos tão valiosos que dez ou vinte anos depois da fuga, ainda continuavam a ser procurados.

Dramas econômicos dessa natureza chegavam a comover mais que o drama particular de cada escravo. Em 1884, por exemplo, "A Província" argumentava: "Não é possível libertar repentinamente 1.400.000 homens não preparados para a liberdade, é necessário um prazo razoável. O Brasil não pode se arrastar à ruína pelo arrebatamento de corações generosos".

O valor venal de um escravo tinha muito a ver com seu tempo de vida. Geralmente submetido a esforços contínuos, o negro tinha vida curta. Quase nunca passava dos 35-40 anos. Sua vida útil girava em torno de 15 anos, quando já era considerado "velho". Muitos morriam prematuramente, de morte natural ou pelo suicídio. Qualquer que fosse a forma, representava enorme prejuízo para os senhores.

Afinal, em 1888, a história mudou. Passará muito tempo até que a nódoa se apague, se é que se apagará. Talvez quando os negros tiverem efetivamente seu lugar na sociedade. Rui Barbosa, numa crise de má consciência, mandou queimar arquivos sobre o assunto. Em vão: não poderia mandar queimar todos os jornais da época, nem os arquivos familiares.

Fora do País chegou-se a pensar, por volta dos anos 30, que a ciência brasileira estava pacificada e que negros e brancos viviam em paz. Interessada em demonstrar essa tese, a Unesco, anos mais tarde, financiou uma pesquisa nesse sentido. Quando se constatou que a pesquisa demonstraria o contrário, o financiamento foi retirado e a pesquisa interrompida. De idêntica forma, segundo Lilia, não são poucos os que ainda hoje preferem ignorar o assunto, aplicando-lhe o que a ela denomina de "lógica do silêncio". Florestan Fernandes, o sociólogo e hoje deputado constituinte, chega a afirmar, a esse respeito, que a chave da questão racial brasileira está hoje no "preconceito de ter preconceito". Resulta daí o medo de discutir o assunto. Medo que não acomete a Lilia Schwarcz, felizmente.

O passeio da câmara

No início de tarde ensolarada, em pleno Básico, a menina e o urso da Dinamarca marcam a passagem do Odin Theatre pela Unicamp.

EM DIA

Quem não se comunica... — Nunca se comunicou tanto na Universidade: diariamente, as 19 telefonistas recebem cerca de 11 mil chamadas externas. A Central Telefônica da Unicamp, dirigida por Denilda Bortoletto, é responsável pela comunicação interna e externa da instituição. No dia 29 de junho, Dia da Telefonista, a Universidade presta sua homenagem às profissionais do setor.

Zeferino Vaz — A Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo, passa a denominar-se "Prof. Zeferino Vaz". A homenagem foi aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado e promulgada através do Decreto-lei n.° 5.641, de 27 de abril deste ano, pelo governador paulista. O prof. Zeferino Vaz, fundador da Unicamp, foi também o criador da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto.

Auxílio moradia — O reitor Paulo Renato Costa Souza, através da Portaria GR-112/87, instituiu o auxílio moradia para professores estrangeiros em visita à Unicamp. O valor do auxílio será examinado caso a caso. A duração do benefício é de, no máximo, um ano. Cabe à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários a execução da Portaria.

Programa de Pesquisa e Recursos Humanos em Informática — A Universidade criou, no dia 22 de maio último, o Programa de Pesquisa e Formação de Recursos Humanos em Informática (PROIN). O programa está vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa e tem por objetivo dinamizar a atuação da Universidade nessa área.

Raios Cósmicos: acordo Unicamp/Lebedev — O prof. Inácio Malmonge Martin, do Instituto de Física da Unicamp, retornou em abril da União Soviética, onde, através de um intercâmbio entre o CNPq e a Academia de Ciências da URSS, realizou várias visitas aos institutos de pesquisa de Moscou. Esse intercâmbio resultou na assinatura de um protocolo de acordo entre a Unicamp e a Academia de Ciência P.N. Lebedev. De início, a Unicamp vai trabalhar com sete experiências desenvolvidas pelos físicos soviéticos, através de lançamentos de balões para captação de raios cósmicos. O principal objetivo, segundo o prof. Inácio Malmonge, é estudar raios cósmicos em latitudes diferentes. O acordo prevê ainda a visita de três pesquisadores soviéticos ao Instituto de Física da Unicamp.

Físico da Unicamp na URSS — O pesquisador Edson Shibuya, do Instituto de Física da Unicamp, será o relator de uma sessão da 20.ª Conferência Internacional de Raios Cósmicos que será realizada de 2 a 16 de agosto, em Moscou. O prof. Shibuya falará basicamente dos trabalhos desenvolvidos pelos pesquisadores do Departamento de Raios Cósmicos da Universidade e dos resultados das experiências já realizadas. No momento, o pesquisador brasileiro está visitando as universidades de Tóquio, Waseda e Aoyama, no Japão, país com o qual a Unicamp realiza trabalhos conjuntos.

Informática na Educação — O Núcleo Interdisciplinar de Informática Aplicada à Educação (Nied) promove de 15 de junho a 15 de agosto, em três institutos da Universidade (IA, Imecc e IE), o Curso de Informática à Educação. O objetivo é proporcionar aos técnicos de Secretarias de Educação de cada Estado a oportunidade de conhecer métodos que permitam a formação de pessoas nessa área. As aulas são realizadas de segunda a sexta, das 8h30 às 18h30. Maiores informações pelo telefone 39-1301, ramal 2350.

Prêmio no México — Durante o tempo em que esteve na Unicamp, fazendo mestrado em Engenharia de Alimentos, o engenheiro químico mexicano Denis Cantu Lozano desenvolveu importante linha de trabalho na área de caldos de fermentação. Para isso teve o acompanhamento dos professores Iracema de Oliveira Moraes e Carlos Alberto Gasparetto, ambos da Faculdade de Engenharia de Alimentos. O resultado foi o projeto e o desenvolvimento do protótipo "Reômetro de Turbina", um aparelho que serve para medir as propriedades reológicas de materiais. De volta ao México, Denis apresentou o protótipo no II Concurso Regional de Prototipos Didacticos Y de Investigación Equipamento 86, promovido pela Asociación Nacional de Universidades, Institutos de Ensenãnza Superior e Universidad Veracruzana. O projeto ganhou o primeiro lugar em instrumentação.

ENCONTROS

Universidade Aberta — A VIII UAP (Universidade Aberta) será realizada no campus da Universidade, nos dias 28 e 29 de agosto.

vida universitária

Anualmente, a Unicamp abre suas portas para mostrar suas atividades ao público em geral e principalmente aos estudantes de 1.° e 2.° graus. Para este ano já foram enviados cerca de 2.000 convites a todas as escolas do Estado. A novidade é a realização de uma Feira de Ciência com exposição dos 30 melhores trabalhos e premiação dos três melhores dos alunos de 2.° grau. Os candidatos podem mandar seus trabalhos até o dia 16 de julho.

Encontro Científico dos Estudantes de Medicina — "Formação Médica — Para servirmos a quem?" — é o tema central do XVIII Encontro Científico dos Estudantes de Medicina de todo o País que será realizado na Universidade Estadual de Campinas, de 25 de julho a 1.° de agosto. A estrutura atual do ensino médico e a política nacional de saúde serão amplamente debatidos durante o Simpósio.

Teoria de Informação e Codificação — A Sociedade Brasileira de Telecomunicação e a Unicamp vão realizar, de 27 de julho a 1.° de agosto, no The Royal Palm Plaza Hotel de Campinas, o Simpósio Internacional em Teoria de Informação e Codificação (ISICT'87). Sistemas Criptográficos para Redes de Acesso Discado, Reconhecimento Automático de Voz, Sistema integrado para comunicações de voz e dados via Satélite, Comunicação por Espalhamento Espectral são alguns dos temas a serem discutidos.

LIVROS

"A Classe Indefesa", de D. P. Cameron, aluno do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. O autor faz nesse trabalho uma crítica às diversas formas de hipocrisia social, política e religiosa. Não poupa os detentores do poder, a inversão de valores e a desvalorização do trabalho. Tudo com boa dose de humor e ironia. Editora Impacto.

O PRP e os fazendeiros do café, de Maria Emília Marques Zimmermann, professora de história na rede estadual e na Unimep. Estudo da organização do Partido Republicano Paulista (PRP) como representante de um setor da classe dominante, com objetivos definidos e em oposição ao regime monárquico, enfocando basicamente o período da propaganda republicana (1870-89), momento em que o PRP se organizou e definiu-se politicamente. Coleção Teses. Editora da Unicamp.

Programa de controle de câncer cérvico uterino, de José Aristodemo Pinotti, professor da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp, ex-reitor da Unicamp e atual secretário de Saúde do Estado, e Luiz Carlos Zeferino, professor da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp e coordenador de Centro de Câncer Ginecológico e Mamário. Faz um histórico do programa de controle do câncer do colo uterino e mamário, engajado no atendimento integral à saúde da mulher, cujo objetivo não se restringe à coleita do material, à detectação da doença e ao acompanhamento terapêutico. Oferece também orientações quanto a medidas profiláticas a outras ginecopatias. Série Saúde da Mulher. Editora da Unicamp.

Medicina Perinatal, de José Aristodemo Pinotti e José Hugo Sabatino, ambos do Departamento de Ginecologia e Obstetrícia da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp. A obra é dividida em três capítulos: gestação de pré-termo, doença hipertensiva especifica da gravidez (DHEG) e condutas alternativas de assistência ao parto. Série Saúde da Mulher. Editora da Unicamp.

Como enfrentar a asma e a bronquite, de Reynaldo Quagliato, supervisor de Assistência Hospitalar do HC da Unicamp. Ainda existem muitas dúvidas e confusões relacionadas a esses problemas, o que determina a análise diferenciada dos sintomas, as particularidades de cada doença e, ainda, do trabalho e dos cuidados indispensáveis ao restabelecimento da saúde. Coleção Como Enfrentar. Editora da Unicamp/Ícone.

Como enfrentar as doenças de próstata, de Ubirajara Ferreira e Osami Ikari, professores da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp. A próstata, bem como o seu exame, está sujeita a mitos que colaboram com a ignorância a respeito desse órgão. Tais mitos, muitas vezes, são responsáveis por diagnósticos tardios. Coleção Como Enfrentar. Editora da Unicamp/Ícone.

Como enfrentar a insônia, de Isac Germano Karniol, professor da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp. Uma questão que afeta um número cada vez maior de pessoas, cujas causas nem sempre são evidentes e que podem estar relacionadas às múltiplas pressões emocionais do dia-a-dia. Coleção Como Enfrentar. Editora da Unicamp/Ícone.

História da Antropologia no Brasil (1930-1960), de Mariza Corrêa, professora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Este é o primeiro volume de uma série de depoimentos de cientistas sociais brasileiros, cujo testemunho contribui para traçar o perfil da Antropologia e sua constituição enquanto disciplina no Brasil nos últimos 50 anos. Editora da Unicamp e Vértice.

Perspectiva funcional da frase portuguesa, de Rodolfo Ilari, professor do Departamento de Lingüística do IEL da Unicamp. Diferentes fenômenos da língua portuguesa são examinados pelo autor. Traz importante contribuição para o quadro atual da pesquisa lingüística. Coleção Teses. Editora da Unicamp.

calendário

Dia 23/6, terça-feira — Teve início o curso "Tratamento de resíduos industriais de alimentos", ministrado pelo Prof. Rubens Sette Ramalho, da Universidade de Laval, Quebec, Canadá. Esse curso se estenderá até 1e de julho, das 8 às 12h30, no anfiteatro do Departamento de Engenharia de Alimentos.

Dia 29/6, segunda-feira, 8h30 — Início do período de matrículas para o 2.° semestre dos cursos de graduação e pós-graduação, na Diretoria Acadêmica.

Dia 30/6, terça-feira — 5h30 — "Os limites do reformismo na América Latina", conferência do Prof. Mário Presser (do Inst. de Economia/Unicamp), destinada a alunos e professores. Salão nobre da Faculdade de Educação.

Dia 30/6, terça-feira — 8h30 — Reunião da diretoria da Adunicamp para discutir temas do Congresso do Funcionalismo que ocorrerá em São Paulo nos próximos dias 3, 4 e 5 de julho.

Di 1.°/7, quarta-feira — 12h30 — Concertos de piano (com Helen de Olliveira) e flauta (Tadeu Coelho), no auditório do Departamento de Música do Instituto de Artes, dentro do projeto "Concertos do Meio-Dia".

Dia 1.°/7, quarta-feira, 8h30 — "I Simpósio Brasileiro de Transferência de calor e massa", no salão II do Centro de Convenções. Prossegue até o dia 3.

Dia 2/7, quinta-feira, 8 horas — Reunião do Conselho da Adunicamp para escolha dos delegados do Congresso do Funcionalismo do Estado de São Paulo.

Dia 2/7, quinta-feira, 9 horas — Início do II Simpósio Brasileiro sobre a problemática da deficiência auditiva", no salão II do Centro de Convenções. Prossegue até dia 5.

Dia 3/7, sexta-feira, 14 horas — Palestra do Prof. Eduardo Nogueira (FCM/Unicamp), sobre "Hermodinâmica: cateterismo cardíaco", no salão do Ceb — Centro de Engenharia Biomédica.

Dia 3/7, sexta-feira, 20 horas — Início do III Congresso Estadual de médicos residentes". Dia 3, das 20 às 23h; dias 4 e 5, das 8h30 às 17 horas. Salão I do Centro de Convenções.

A arte de Waldomiro, um presente para a Unicamp

O pintor Waldomiro de Deus, tido pela crítica como o mais autêntico "naif" brasileiro, fez chegar às mãos do reitor Paulo Renato Costa Souza uma colorida tela em óleo intitulada "Visão da Roda". O quadro (uma cena apocalíptica de 1,59m x 2m, pintada há dois anos) está agora nos salões da Reitoria da Unicamp. É a primeira doação que Waldomiro faz a uma instituição universitária.

A escolha da Unicamp para a doação deve-se ao fato de o pintor considerar a cidade "um dos berços da cultura brasileira e o apoio que a Unicamp vem dando às artes e à cultura no país". Em seu quadro "Visão da Roda", Waldomiro retrata os problemas da atualidade e utiliza a figura de anjos celestiais para sua perspectiva de resolução dos conflitos.

Não são poucos os pintores primitivos no país. No entanto, em 26 anos de atividade Waldomiro tem conseguido ganhar as graças da crítica e a simpatia do público. Sua pintura tem fortes ligações com a mística e a religião. Predomina o figurativismo humano e a simplicidade é uma de suas principais características.

As obras de Waldomiro têm sido expostas em cerca de 200 mostras, entre coletivas e individuais, em todo o Brasil e no exterior. Em agosto estará expondo mais uma vez na Galeria L'oeil de Boef, em Paris. Pretende, contudo, intensificar suas exposições principalmente nas galerias brasileiras. Acredita que, "nos momentos de crise, como a que o país atravessa, a arte passa a ser olhada de uma forma mais profunda e para muitos deixa de ser luxo para se transformar em necessidade".

TESES

Teses defendidas — Foram defendidas as seguintes teses:

"Submersões de espaços projetivos". Tese a nível de mestrado, de Antonio Geloneze Neto. Dia 24/4.

"Estudo comparativo de fenologia e dinâmica de suas formações florestais na Serra do Japi, Jundiaí, SP". Tese a nível de mestrado, de Leonor Patrícia Cerdeira Morellato Fonzar. Dia 27/4.

"Estudo do efeito Raman pré-ressonante em derivados dinitroanilínicos". Tese a nível de mestrado de Marcos Antonio Torres Cezário. Dia 4/5.

"Estudo sobre separação de fases em vidros aluminosilicatos destinados à fabricação de fibras ópticas". Tese a nível de mestrado defendida por Olavo Calábria Pimenta. 4/5.

"Revisão Taxonômica de tocoyena AUBL (rubiácea) no Brasil". Tese a nível de mestrado defendida por Anajde Lemes do Prado. 4/5.

"Asma brônquica na infância: associação entre comportamento clínico-laboratorial e severidade". Tese a nível de mestrado defendida por José Dirceu Ribeiro. 5/5.

"Reatividade de 2H-Azirinas funcionalizadas com hidrazinas". Tese a nível de mestrado defendida por Marcos Antonio Torres Cezário. 6/5.

"Nidificação de aves em duas localidades amazônicas: sucesso e adaptações". Tese a nível de doutorado defendida por Yoshika Oniki Willis. 7/5.

"Análise teórica e experimental de um armazenador de calor sensível estratificado". Tese a nível de doutorado defendida por Luiz Roberto Carroci. 7/5.

"Encaminhamento de chamadas telefônicas: otimização de parâmetros". Tese a nível de mestrado defendida por Edson Roberto de Pieri. 8/5.

"Aplicações da espectroscopia fotoacústica em materiais transparentes". Tese a nível de mestrado defendida por Antonio Carlos Bento. 11/5.

"Estudos de RMN de hidrogênio-1 e de carbono-13 de acetatos de metila-monossubstituídos". Tese a nível de mestrado defendida por Expedito Leite Silva. 12/5.

"Comparação de desempenho de técnicas para detecção de baixo peso em recém-nascidos usando regressão linear múltipla e logística". Tese a nível de mestrado defendida por Luís Aparecido Milan. 12/5.

"Poder neutralizante de soros antiofídicos sobre a atividade liberadora de histamina de venenos ofídicos". Tese a nível de mestrado defendida por Edson Antunes. 13/5.

"Estudo eletroencefalográfico da expectativa induzida por cliques e seus efeitos sobre a percepção auditiva". Tese a nível de mestrado defendida por José Roberto Moreira de Azevedo. 15/5.

"Escoamento de um fluido de Maxwell através de cilindros co-axiais porosos". Tese a nível de mestrado defendida por Carlos Alberto Chavez. 15/5.

"Teorias de espaço-tempo e leis de conservação". Tese a nível de mestrado defendida por Quintino Augusto Gomes de Souza. 19/5.

"Estudos de formação e decomposição do diformiato de etilenoglicol na presença e ausência de formiato de sódio". Tese a nível de mestrado defendida por Flávio Teixeira da Silva.

"Revisão taxonômica do gênero **Mollinedia** ruiz et pavn (monimiacea, monimioideae)". Tese a nível de doutorado defendida por Ariane Luna Peixoto. 25/5.

"Vírus do mosaico angular do feijoeiro: purificação, peso molecular da proteína e ultra-estrutura dos tecidos infectados". Tese a nível de doutorado defendida por José Osmar Gaspar. 16/6.

"Planejamento de centrais hidrelétricas de pequeno porte". Tese a nível de doutorado defendida por Afonso Henriques Moreira Santos. 28/5.

"Drenagem de espumas gás-líquido na presença de campo elétrico cc". Tese a nível de doutorado defendida por Maria Elizabeth Darbello Zaniquelli. 3/6.

"Utilização de orbitais moleculares localizados na previsão de tensores polares atômicos". Tese a nível de mestrado defendida por José Machado Moita Neto. 10/6.

Desde seu nascimento, em 1968, o IFCH vem contribuindo para uma visão mais lúcida da realidade brasileira.

A biblioteca, com aproximadamente 40 mil volumes, é uma das mais completas da Universidade.

IFCH

Duas décadas de exercício crítico

Quando o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp nasceu, em 1968, os estudantes armavam barricadas em Paris, o Brasil adernava nas mãos do presidente Costa e Silva e, paradoxalmente, preparava-se a euforia do tricampeonato mundial de futebol e os ambíguos anos do milagre. A história do IFCH, e de todo o núcleo embrionário da Unicamp, funde-se nesse contexto.

O Instituto, embora já tivesse planos arrojados para o futuro, nasceu como simples departamento — o DEPES, Departamento de Economia Política e Social — num barracão da Av. Barão de Itapura, prédio pertencente ao Colégio Culto à Ciência, onde foi criado, mais tarde, o primeiro curso de Extensão em Lingüística e Epistemologia da Linguagem. Em seguida o Instituto passou a funcionar num prédio emprestado da Faculdade de Engenharia Mecânica, até 1973, de onde saiu para as instalações atuais.

Quase vinte anos depois, mesmo sofrendo o impacto de sucessivas crises econômicas e de ensino, o IFCH angariou reconhecimento dentro e fora do país, uma parte pela qualidade de seus nomes, outra parte pela importância de seus acervos. Hoje o Instituto é responsável por quase 120 pesquisas em andamento, dezenas de teses de doutoramento em fase de elaboração e centenas de dissertações a nível de mestrado. Sua produção intelectual atinge números "consideráveis e honrosos", segundo observa o diretor da Unidade, prof. Luís B. L. Orlandi. Só no ano passado foram lançados no mercado dez importantes livros de professores do Instituto. Em 87 a média deverá ser a mesma, uma vez que já foram publicados, até agora, cinco novas obras. As mais recentes são "Retrato em Branco e Negro", da prof.ª de Antropologia Lilia Moritz Schwarcz, "A Prostituição Masculina em São Paulo", do sociólogo Nelson Perlongher, e "História da Antropologia no Brasil", da prof.ª Mariza Correa.

Orlandi, o diretor: "Uma honrosa produção intelectual".

Numerosos professores do Instituto estão diretamente envolvidos na produção de pelo menos cinco revistas especializadas nas áreas de Ciências Sociais, Filosofia e História, além de participarem de congressos, seminários e colóquios, os mais relevantes nessas áreas, no Brasil e no Exterior.

"E não é só" — garante o prof. Orlandi. "Grande parte de nossos professores, além de seu trabalho como docente e pesquisador em seus departamentos, desenvolve ainda atividades em três importantes agrupamentos de pesquisas, que são o Centro de Lógica e Epistemologia, o Núcleo de Políticas Públicas e o Núcleo de Estudos Estratégicos".

Contratação pela qualidade

A exemplo de outras unidades, o IFCH cumpriu também uma missão embrionária no sentido de que dois de seus departamentos — o de Lingüística e o próprio DEPES — converteram-se respectivamente no Instituto de Estudos da Linguagem, em 1970, e no Instituto de Economia, em 1984, dando assim origem a duas novas Unidades. Hoje os departamentos do IFCH são três: Ciências Sociais, Filosofia e História.

O Departamento de Ciências Sociais, criado em 69, inclui hoje os conjuntos de Antropologia, Sociologia e Ciência Política. O Departamento de Filosofia originou-se do Departamento de Ciências Sociais em 76 e concentra suas atividades nas áreas de Lógica e Filosofia da Ciência e Filosofia Política, além de manter estreitas conexões com o Centro de Lógica e Epistemologia (CLE). Por outro lado, o Departamento de História também teve sua origem no Departamento de Ciências Sociais em 78, constituindo-se em mais uma alternativa oferecida pelo IFCH em termos de graduação.

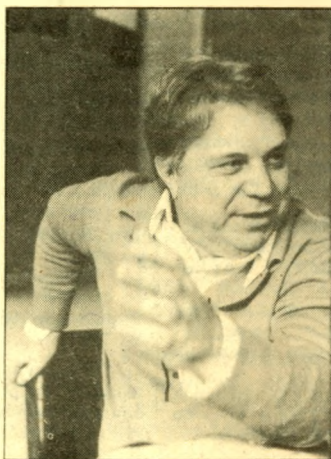
Para o prof. Orlandi, o projeto mais recente, há tempos almejado pelo Instituto, é o da instalação do curso de graduação em Filosofia, previsto para 1988. "É um curso esperado com ansiedade, não apenas por nós, professores da Unicamp, mas também por um vasto público de alunos", explica.

Se a qualidade de ensino do IFCH é freqüentemente ressaltada por publicações especializadas, colocando o Instituto em primeiro lugar no ranking nacional das melhores instituições, isto se dá por um simples fato, segundo Orlandi: a qualificação dos professores.

"Qualquer curso, por melhor que seja estruturado tecnicamente, jamais será de boa qualidade se suas aulas não forem ministradas por professores que conheçam bem a matéria", observa Orlandi, para quem, pelo menos no IFCH, essa qualidade tem sido obtida graças principalmente a uma cuidadosa política de contratação. Nos últimos dois anos o Instituto contratou cerca de dez novos professores. Todos com formação no Brasil e no exterior, principalmente Europa, onde também passaram boa parte do tempo estudando, pesquisando, lecionando ou, em muitos casos, simplesmente escrevendo. A maioria, escritores e ensaístas. Entre eles, José Carlos Cavalcante de Souza, Marilena Chauí, Andrés Rômulo Raggio, Fausto Castilho, Bento Prado de Almeida Ferraz, Francisco Benjamin de Souza Netto, Gottfried Heinrich Gabriel, Carlos Alberto Lungarzo e Jorge Sidney Coli Jr, Luis Marques, Leôncio Martins Rodrigues, Luciano Martins e Roberto Cardoso de Oliveira.

Verbas cortadas

Mas nem tudo foram rosas, segundo lembra o prof. Wilson Cano, hoje no Instituto de Economia, e que dirigiu o IFCH de agosto de 76 a agosto de 80. Recorda que além dos "desentendimentos naturais" entre docentes, havia uma extrema dificuldade em se poder dirigi-lo de maneira eficaz e equilibrada. "Vivíamos um período de abertura política gradual, durante o governo Geisel; havia medo, tensão no país, e nós, professores e alunos, tentando compreender o que se passava. Durante boa parte de meu mandato convivemos com uma quase total abstinência de verbas ali para compra de livros e bens de capital."

Wilson Cano conta que, aliada à situação caótica do país, a Universidade havia mergulhado numa crise de caráter institucional, que coincidia com a aposentadoria do prof. Zeferino Vaz e mais tarde com sua morte. "Foi um período delicado, em que os problemas internos afloravam todos de uma vez."

Fausto Castilho: luta apaixonada pela introdução das Humanidades.

"Apesar de tudo foi um período bastante fértil", lembra Wilson Cano, "em que foram realizadas pelo menos quatro polêmicas teses. Duas delas esforçaram-se para reinterpretar a história econômica do país, enquanto as outras duas, teóricas, criticavam com veemência as teorias econômicas mais ortodoxas, que os nossos professores combatiam com firmeza".

A partir de 76, o Instituto consolidou o curso a nível de mestrado, passando — segundo o ex-diretor — a ser o curso mais procurado do Brasil, "e hoje o mais popular da América Latina".

Estatuto mudado

Coube ao prof. Fausto Castilho, atualmente lecionando História da Filosofia e coordenando o conjunto de Filosofia Política, a tarefa de elaborar um plano para organizar o curso de Economia e Planejamento Econômico, a primeira unidade da área de Humanas, no Depes (Departamento de Economia Política e Social) aprovado pelo Conselho Diretor da Unicamp, em junho de 67, mesmo ano em que fora contratado. Com ele estava também o prof. Luiz Gonzaga Belluzzo.

Falar sobre a história do Instituto — do qual foi diretor de 67 a 71 — é uma idéia que não o atrai muito. O prof. Fausto, por diferenças ideológicas e até mesmo administrativas, foi desligado da Universidade em 1971, só retornando em 1985 a convite do prof. Orlandi. Ele diz que foram tempos difíceis, aqueles em que o Instituto foi criado.

"Outros colegas professores podem dizer melhor o que fiz pela Unidade. Bem, tudo pode ser resumido em dois itens. Primeiro: lutei com certa paixão para mudar o conceito da Universidade, introduzindo a área de Humanidades, pois quando cheguei aqui a Unicamp tinha apenas escolas técnicas, como o Instituto de Ciências, a Faculdade de Ciências Médicas, a Faculdade de Odontologia, a Química Industrial etc. Mais tarde, os cinco institutos previstos, como o Instituto de Biologia, o de Matemática, o de Física, o de Química e o Instituto de Morfologia." Se hoje existe uma bem montada área de Humanas — na opinião do professor — "é porque consegui mudar o estatuto, com apoio de boa parte do Conselho. Segundo: fui autor do plano do campus, que havia feito para o projeto da UNSP (Universidade Nacional de São Paulo), no ABC paulista, que não saiu do papel. Foi esse plano — de um campus radial — que o prof. Zeferino Vaz adotou para a Unicamp".

A biblioteca do IFCH representa, hoje, 30% de todo o acervo da Unicamp, com mais de 40 mil volumes, constituindo uma das mais importantes coleções da área de Ciências Sociais do Brasil. Cerca de 300 livros são retirados ali diariamente. Quanto aos periódicos, o total aproxima-se da casa das mil assinaturas, perto de 40 mil volumes.

Tudo isso devidamente acondicionado em 852m². Só o Arquivo Edgard Leuenroth — que, segundo Orlandi, "não há, no Brasil, nenhum outro tão completo em termos de jornais, folhetos, revistas, fotos e livros, ligados ao movimento trabalhista brasileiro a partir do início deste século" — ocupa uma área de 276m². A maior preocupação de Orlandi, com relação aos acervos (57 no Instituto), refere-se à sua preservação. Ali, diariamente são feitas, em média, dezenas de consultas — tanto de estudantes como de professores e pesquisadores. Pelo menos seis teses a nível de mestrado e doutorado foram elaboradas e concluídas com levantamentos feitos nos arquivos do Acervo Edgard Leuenroth, nos últimos anos.

Com 119 professores, 70 deles doutores, o Instituto conta atualmente com mais de 800 alunos distribuídos nos dois cursos de graduação e seus programas de pós-graduação. Suas principais linhas de pesquisa estão concentradas nas áreas de estrutura social brasileira; estrutura agrária, movimentos e conflitos do campo; população e ecologia; sociologia eleitoral; família, parentesco e papéis sociais; cultura popular; identidade étnica; etnologia brasileira; análise comparada de políticas sociais; Forças Armadas e polícia no Brasil; formação do Estado brasileiro; movimentos sociais na América Latina; formação histórica das cidades industriais; pensamento político brasileiro; filosofia política; lógica; epistemologia; e filosofia da ciência.

Wilson Cano: "Tempos difíceis, mas férteis".